

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM LINGUÍSTICA**

JOSÉ ROBERTO SILVA GUIMARÃES

**OS PROCEDIMENTOS DE REESCRITURAÇÃO E ARTICULAÇÃO NA
CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DE TEXTOS DE REDAÇÃO
DO ENEM/2013**

**Cáceres – MT
2016**

JOSÉ ROBERTO SILVA GUIMARÃES

**OS PROCEDIMENTOS DE REESCRITURAÇÃO E ARTICULAÇÃO NA
CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DE TEXTOS DE REDAÇÃO DO ENEM/2013**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da Professora Dra. Neuza Benedita da Silva Zattar.

Linha de Pesquisa: Estudos e análise dos processos discursivos e semânticos.

**Cáceres – MT
2016**

Guimarães, José Roberto Silva

Os Procedimentos de reescrituração e articulação na construção dos sentidos de textos de redação do ENEM/2013./José Roberto Silva Guimarães. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

88f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2016.

Orientadora: Neuza Benedita da Silva Zattar

1. Semântica do acontecimento. 2. Redação do ENEM/2013. 3. Textos de redação - sentidos. 4. Construção e reescrituração – construção dos sentidos. I. Título.

CDU: 81'37

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Neuza Benedita da Silva Zattar (Orientadora – UNEMAT)

Prof. Dr. Albano Dalla Pria (Membro Interno – UNEMAT)

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (Membro Externo – UNICAMP)

Prof. Dr. Taisir Mahamudo Karim (Suplente – UNEMAT)

Aprovado em: 01/04/2016.

Dedico este trabalho a Deus que nos deu o Dom da sabedoria e nos mantém vivo na fé, aos que fizeram e fazem parte de minha trajetória. Em especial aos meus familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Ele (Deus) é o dono de tudo. Devo a Ele a oportunidade que tive de chegar onde cheguei. Muitas pessoas têm essa capacidade, mas não têm a oportunidade. Ele a deu para mim, não sei porque. Só sei que não posso desperdiçá-la.
(Ayrton Senna)

Agradecer é o reconhecimento de que tudo há no Universo é vontade do Nosso Senhor Jesus Cristo. Agradeço a Ele por mais essa jornada. Agradeço pelo Dom da vida, pela sabedoria que me deste para produzir um precioso trabalho. À nossa Mãe Maria Aparecida, rainha e padroeira do Brasil, que intercede por nós.

É tempo de lembrar os caminhos percorridos até aqui. Quantos ensinamentos nos foram concebidos, mas que seriam insignificantes se não fossem as pessoas que incontornavelmente fizeram ou fazem parte de nossa vida.

Agradeço imensamente:

Ao meu pai José Antônio, à minha mãe Maria Lúcia (mais conhecida como Dona Maura), pela educação e os preceitos de família, amor, carinho, fé, honestidade, fidelidade, lealdade, solidariedade, dignidade e outros mais. Aos meus irmãos Flávio, João Luiz, Thiago e Ana Paula por compartilharem tantos momentos bons, alguns ruins, que nos fizeram crescer sempre unida no amor e na fé. Família unida em Deus, permanece sempre unida... Ao meu filho João Roberto que é a luz em minha vida, um verdadeiro presente de Deus. In memoriam aos meus avós Maria Rosa, Rosa Ribeiro e José Augusto;

À minha companheira, amiga, esposa e eterna namorada Mirelly que sempre contribuiu e contribui com afeto, carinho e amor dedicados a mim;

À minha orientadora Profa. Dra. Neuza Zattar que me acolheu com tanto carinho e dedicação. Você é um exemplo como pessoa e como profissional. Obrigado por estar ao meu lado durante todo esse tempo, mostrando os caminhos a serem trilhados;

Ao Prof. Dr. Eduardo Guimarães pela participação nas bancas de Qualificação e Defesa, e pela expressiva contribuição teórico-metodológica para esta pesquisa;

Ao Prof. Dr. Albano pela participação nas bancas de Qualificação e Defesa, e pelos apontamentos que contribuíram para esta pesquisa;

Aos professores do Mestrado em Linguística: Leandra, Leila, Gislaine, Olímpia, Silvia, Jocineide, Valéria, Joelma e Valdir. Em especial à Ana Luiza que muito contribuiu na coordenação do Mestrado;

Aos amigos e colegas de curso: Neures, Edineth, Janice, Welliton, Vera, Tamires, Geovane, Patrícia, Érica, Glicélio, Antônio Tadeu, Marcinete, Elaine Aguiar, Ariele, Elaine Franco, Maíra, Mariclei e Géssica;

À Coordenação do Mestrado em Linguística, representada pelo Prof. Taisir, por contribuir com a minha formação e também pela participação nessa pesquisa;

À UNEMAT, entidade à qual regressei depois de ter passado quase dez anos longe dos “muros do saber”;

E por fim, à Fapemat, pelo fomento financeiro e incentivo à pesquisa ao longo desses vinte e quatro meses.

*O valor das coisas não está no tempo que elas
duram, mas na intensidade com que
acontecem. Por isso, existem momentos
inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas
incomparáveis.*
(Fernando Pessoa)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
ABORDAGENS CONCEITUAIS DE <i>TEXTO</i>	18
1.1 O texto sob o viés da Linguística Textual	19
1.2 O texto na perspectiva teórica da Análise de Discurso	22
1.3 O texto na visão da Semântica do Acontecimento	26
1.4 A relação de concepção de texto entre as três teorias	28
A REDAÇÃO DO ENEM: UM ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM	31
2.1 A instituição das políticas do ENEM	32
2.2. A construção linguística e semântica da Redação do ENEM	36
2.2.1 Os instrumentos de avaliação da Redação	40
2.3 O ENEM e sua contribuição para o sistema educacional do Brasil	47
OS PROCEDIMENTOS DE REESCRITURAÇÃO E ARTICULAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DE TEXTOS DE REDAÇÃO DO ENEM/2013	50
3.1 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	51
3.1.1 Acontecimento e temporalidade	53
3.1.2 Os espaços de enunciação e a cena enunciativa	54
3.1.3 A articulação e a reescrituração: procedimentos de deriva de sentidos	55
3.2 AS ANÁLISES	56
3.2.1 Redação 01	60
3.2.2 Redação 02	65
3.2.3 Redação 03	71
3.2.4 Redação 04	74
3.2.5 Redação 05	77

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS	85
OBRAS CONSULTADAS	87

RESUMO

Esta pesquisa se vincula à área de concentração *Estudo das relações entre língua, história e instituições* e à linha de pesquisa *Estudos e análises dos processos discursivos e semânticos* do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, e tem como objetivo analisar como se constituem os procedimentos de reescrituração e articulação na construção dos sentidos de textos de Redação do ENEM/2013, verificando como esses procedimentos próprios da textualidade mobilizam os sentidos postos nos textos redacionais, e como a construção do texto de Redação proposto pelo ENEM/2013 se caracteriza enunciativamente como uma unidade de sentido que integra enunciados de forma transversal. O *corpus* da pesquisa é constituído de cinco redações nota mil do ENEM/2013, extraídas do site *Uol Educação*, com a temática *Efeitos da implantação do Lei Seca no Brasil*. Tomando a Redação como um acontecimento de linguagem, atravessado por um conjunto de dizível, de outros já ditos, nos filiamos à teoria *Semântica do Acontecimento* (2002, 2005), de Eduardo Guimarães, em que as relações de sentido são determinadas sócio-historicamente, ou seja, essas relações se constituem pela transversalidade que integram os sentidos, que insistem em redizer o que já foi dito. Sob este viés, analisamos também que cada texto redacional projeta sempre uma nova temporalidade, pois a temporalidade se dá no acontecimento do dizer, ou seja, é o acontecimento que temporaliza, constituindo sempre uma nova “temporalidade em que o passado não é um antes, mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro”. (GUIMARÃES, 2005, p. 14). E é nesse sentido que as ações (efeitos da lei) projetam a futuridade, ou seja, um novo acontecimento.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento; redação do ENEM/2013; procedimentos de reescrituração e articulação; sentidos.

ABSTRACT

This research is linked to the area of concentration Study of the relationships between language, history and institutions and the research studies and analysis of discursive processes and semantics of the graduate program in the strict sense in Linguistics at the State University of Mato Grosso, and aims to analyze how are reescrituração and joint procedures in the construction of senses of the Essay ENEM/2013 by checking these procedures of textuality mobilize the senses posts in redactional texts and as the construction of the essay text proposed by ENEM/2013 is characterized enunciative as a sense that integrates set out across the Board. The corpus of this research consists of five essays note 1000 of ENEM/2013, extracted from the Uol site education, with the theme effects of the implementation of the Prohibition in Brazil. Taking the essay as a language event, crossed by a set of Speakable, others have already said, we became affiliated to the Semantic theory of the Event (2002, 2005), by Eduardo Guimarães, in that sense relations are certain socio-historically, in other words, these relationships are constituted by the transversality of the senses, who insist on rephrase what has already been said. Under this bias, we also analyze each editorial text designs a new temporality, because the temporality of the event at say, i.e. is the temporality event, which is always a new “temporality in the past is not a before, but a memorable clipped by the event that also has the future as a latency of future”. (GUIMARÃES, 2005, p. 14). And it is in this sense that actions (law effects) design, namely Futurity, a new event.

Keywords: Semantics of Event; the essay ENEM/2013; derivations procedures and articulation; senses.

INTRODUÇÃO

Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é o seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo...

(Émile Benveniste, 1989)

A citação de Benveniste (1989) nos leva a refletir sobre os princípios que nortearam a sua teoria enunciativa no que se diz respeito à linguagem como o princípio da significação (a linguagem significa), o princípio da intersubjetividade (relação homem/homem por meio da língua em emprego) e o princípio da referência (relação homem/mundo também mediada pela língua em emprego). Desse modo, a linguagem se inscreve no campo das Ciências Humanas que significa/explica todas as funções relacionadas ao homem, em que os sentidos são emergidos pela função constituída na língua ao mediar as relações sócio-históricas do homem.

Levando em consideração os conceitos postos por Benveniste (1989), nos permitimos as seguintes indagações: o que é linguagem e a que tipo de linguagem esta pesquisa se filia? Não seriam respostas tão fáceis de serem respondidas, considerando que várias teorias linguísticas definem o fenômeno chamado *linguagem*. Geralmente diz-se que a linguagem seria todas as manifestações linguísticas em que o homem se insere, manifestações estas que vão além de meramente comunicar-se, falar, escrever, etc.

Para a teoria *Semântica do Acontecimento*, de Eduardo Guimarães (2005), a linguagem é concebida “como não transparente, considerando que sua relação com o real é histórica”. (idem, p. 5). E ao nos colocarmos na posição de semanticista, nos inscrevemos num lugar em que a linguagem fala de algo que lhe é exterior a si. Conforme Guimarães (2009, p. 49), na construção de sentido, a linguagem

[...] enquanto um funcionamento eminentemente linguístico (enquanto uma relação de linguagem com linguagem), é que, ao funcionar simbolicamente, estabelece a conexão com as coisas. Desse modo nos colocamos numa posição que se distingue, de modo geral, de duas outras: uma, como a estruturalista, que considera que só é possível tratar da linguagem enquanto estrutura, sistema, e assim nada do que é exterior ao linguístico interessa; uma outra, como as posições referencialistas (cognitivistas ou não), que

considera que o que a linguagem significa é simplesmente o que ela descreve das coisas existentes.

Ao concebermos a linguagem como não transparente, nos permitimos entrar no mundo das significações ao tratar dos conceitos de *texto* à luz das teorias da linguagem. Pois, desde os bancos escolares ouvimos falar sobre texto, porém, o que entendemos sobre ele?

Durante a prática de docência, não raro ouvimos nas aulas de Língua Portuguesa alguns questionamentos dos alunos, quando pedimos para que formulem ou escrevam um texto, como por exemplo: O que é um texto? Texto é uma palavra, uma expressão, uma frase? O texto poderia ser uma foto, um símbolo? O texto precisa ter início, meio e fim? O texto tem que ser verbal e escrito? Ou, se texto é algo que “todos sabem”, por que, então, procuramos saber o que é texto?

Essas indagações, que tentaremos responder ao longo deste trabalho, nos instigaram a investigar sobre algo que é muito comum entre nós, mas que poucos conseguem definir ou descrever o funcionamento do texto. A partir de então, esses questionamentos nos reportam a algo muito particular desta pesquisa, que é analisar textos, pois, eles fazem parte de nossa vida com maior ou menor intensidade. Nessa direção, tomamos para análise textos de Redação do ENEM/2013, para examinar como se dá a constituição de sentidos a partir de dois procedimentos de deriva/produção de sentidos: a reescrituração e a articulação.

O *corpus* desta pesquisa é constituído de textos redacionais do ENEM/2013 extraídos do site *Uol Educação*, e que trazem para reflexão o tema *Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil*, uma questão ao mesmo tempo social, jurídica, política e econômica sobre a implantação dessa legislação no Brasil, e que rememoram uma combinação explosiva (alcoolismo x volante), o flagrante e os atos infracionais imputados aos condutores de veículos que desrespeitam a Lei Seca, a partir de um conjunto de informações constituído de linguagem verbal (textos extraídos de diferentes sites) e de linguagem não verbal (imagens de propaganda e da Lei Seca em números), chamado de textos motivadores pelos elaboradores da prova.

Na seleção das redações notamos nos sites pesquisados que só haviam redações com notas mínimas e notas máximas, ou seja, notas zero e mil, o que nos impossibilitaram de escolher redações com outras notas. Assim sendo, selecionamos dez redações nota mil, e escolhemos para análise cinco redações por contemplarem as minhas expectativas de analista e por atenderem a todas as exigências referentes às cinco competências definidas pelo ENEM, no *Guia do Estudante*.

Neste trabalho, temos como objetivo observar nesses textos como se dá o movimento dos sentidos entre palavras e/ou expressões que compõem a tessitura linguística e semântica da Redação, a partir dos procedimentos de reescrituração e articulação, considerando a reescrituração como “o procedimento pelo qual a enunciação de texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (GUIMARÃES, 2007, p. 84); e a articulação como “as relações próprias das contiguidades locais. De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem”. (idem, p. 87-88).

Esta pesquisa vincula-se à Área de Concentração *Estudos das relações entre língua, história e instituições* e à Linha de Pesquisa *Estudos dos processos discursivos e análise semântica* do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística, e filia-se à teoria *Semântica do Acontecimento*, de Eduardo Guimarães (2002, 2005), e tem como objeto de análise os procedimentos de reescrituração e articulação na construção dos sentidos de textos de Redação do ENEM/2013, verificando como esses sentidos se constituem na enunciação das Redações que aprovam os candidatos do ENEM, por entender que os sentidos são constituídos pelos efeitos da memória e do presente do acontecimento, produzidos pelo acontecimento da enunciação, ou seja, pelo acontecimento do dizer.

O que nos interessa, neste trabalho, é analisar enunciativamente o funcionamento dos textos de Redação do ENEM/2013, textos que tomamos como um acontecimento de linguagem, constituído pelos procedimentos próprios da textualidade, a reescrituração e a articulação. Pois, sem ela (textualidade) não haveria texto (Redação). É com base nessas caracterizações que nos propomos a desenvolver as análises dos textos redacionais, ou seja, interpretá-los.

Conforme Guimarães (2012, p. 43), “a interpretação é uma atribuição de sentido que o analista faz aos enunciados e ao texto levando em conta a relação de integração que constitui texto e sua relação com a exterioridade [...]”. Continuando, o autor (idem) diz que

a interpretação do sentido não é o percurso que se faz na estrutura sintática de seus componentes até a sua totalidade, trata-se da consideração de atribuição de sentido que sofre os enunciados considerados na relação com o sujeito pelo acontecimento de enunciação.

Nesse sentido, a interpretação, pelo viés da Semântica do Acontecimento, não se reduz à projeção de uma regra de “leitura” automática dos elementos de sintaxe”, isto é, ela “é feita de um lugar de leitor, e nos coloca fora de qualquer posição referencialista na consideração da significação”. (ibidem).

Nesse contexto, ao apresentar os procedimentos próprios para a interpretação e compreensão dos textos, constituídos pela textualidade, delineamos os caminhos percorridos nesta pesquisa que é composta de três capítulos.

Na seção I fizemos um percurso conceitual sobre o *texto*, no qual abordamos o seu conceito sob os vieses da Linguística Textual (HALLIDAY e HASSAN, 1976; HALLIDAY, 1998), da Análise de Discurso (ORLANDI, 1992; 2006; 2008) e da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2005; 2012), procurando mostrar os pontos de semelhança e dessemelhança entre essas teorias na formulação conceitual do texto, considerando que a questão central desta pesquisa é a análise dos procedimentos de reescrituração e articulação em textos de Redação do ENEM/2013.

A concepção de texto é muito discutida nas teorias da linguagem por levantar questões que perpassam a construção do texto, a textualidade, a relação com outros textos (a intertextualidade), a interpretação semântica, bem como as indagações que suscita e os sentidos que produzem na relação que estabelece com os sujeitos.

O sentido de *texto* difere de acordo com o aparato teórico de que nos cingimos para concebê-lo. A Linguística Textual concebe o texto como qualquer passagem oral ou escrita, tomada como uma unidade, não importando a extensão; para a Análise de Discurso, o texto é “uma peça que permite o jogo da interpretação, o deslizamento dos sentidos” (ORLANDI, 2008, p. 65); e para a teoria a que nos filiamos, a Semântica do Acontecimento, o texto é “uma unidade de sentidos integrada por enunciados, cuja integração é feita por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam”. (GUIMARÃES, 2012, p. 57).

Na seção II discorreremos sobre a Redação do Exame Nacional do Ensino Médio, doravante ENEM, como um acontecimento de linguagem por constituir o seu presente, a partir de um memorável que se abre para o futuro possibilitando a realização de novas enunciações, de novas temporalidades. Ou seja, a Redação do ENEM, enquanto acontecimento do dizer, recorta um conjunto de discussões já realizadas sobre o modelo de provas dos vestibulares anteriores, que inclui a prova de Redação, projetando uma nova textura às provas objetivas e de redação, materializada no modelo atual do ENEM.

Refletimos, nesta seção, sobre as políticas estabelecidas pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a construção linguística e semântica da

Redação do ENEM, bem como a proposta de redação e de seus aspectos avaliativos (habilidades e competências).

A seção III é constituída de duas partes: na primeira parte apresentamos alguns conceitos da Semântica do Acontecimento, que consideramos fundamentais para as análises, como acontecimento, temporalidade, sentido, cena enunciativa, e os procedimentos de reescrituração e articulação, que foram mobilizados para as análises; e na segunda parte, as análises dos textos da Redação do ENEM/2013, examinando como o texto significa pelas reescrituras que ora definem, substituem, condensam, expandem, enumeram as expressões linguísticas do texto que “se reportam às outras por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas aparecem”. (GUIMARÃES, 2009, p. 53); e também como o texto produz sentidos pelas operações enunciativas de articulação.

Nessa direção, analisamos os textos redacionais do ENEM/2013, por entender que eles constituem um acontecimento de linguagem tecido por um conjunto de enunciações, que faz significar no presente da formulação dos textos, projetando novas interpretações.

Analisamos, ainda, nos textos redacionais como se dá o agenciamento das figuras enunciativas do candidato à Redação do ENEM, e dos corretores/atribuidores de notas, legitimados pelas políticas do ENEM.

ABORDAGENS CONCEITUAIS DE *TEXTO*

*Os textos fazem parte da história de todos nós,
com maior ou menor força.
(Guimarães, 2012)*

A concepção de texto é muito discutida nos estudos da linguagem e se constitui conforme as teorias linguísticas que a formulam, por levantar questões que perpassam a construção do texto, a textualidade, as condições de produção, a relação com o sujeito, os sentidos que produz e pelas indagações que suscita quando o texto se coloca como uma unidade de significação na relação de linguagem(ens).

Falar sobre *texto* não nos parece ser uma tarefa fácil. Não raro, ouvimos durante as aulas de Língua Portuguesa, principalmente do Ensino Médio, indagações dos alunos, quando pedimos que formulem ou redijam um texto, como por exemplo: O que é um texto? O texto precisa ter início, meio e fim? O texto pode ser uma palavra ou expressão? Uma foto, uma pintura ou uma gravura pode ser entendida como texto? O texto só pode ser verbal e escrito? Ou, se texto é algo que “todos sabem”, por que procurarmos saber o que é texto?¹

As questões são muitas e algumas delas serão tratadas nesta seção que tem como objetivo apresentar e discutir as abordagens conceituais de *texto* na perspectiva teórica da Linguística Textual (HALLIDAY e HASSAN, 1976; HALLIDAY, 1998), da Análise de Discurso (ORLANDI, 1992; 2006; 2008) e da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2005; 2012), procurando mostrar os pontos de semelhança e dessemelhança entre essas teorias na formulação do texto, considerando que a questão central desta pesquisa é a análise dos procedimentos de reescrituração e articulação em textos de redação do ENEM/2013.

Considerando que os estudos de texto atravessam séculos, vamos nos reportar inicialmente aos gramáticos latinos e romanos que se utilizavam do texto para o bom uso da língua, pois entendiam que se um falante dominasse as regras gramaticais e soubesse fazer frases bem formuladas, logo saberia compor textos bem formulados, pois os textos eram constituídos pela combinação de sílabas, palavras e frases. O texto, para esses gramáticos, tanto para os romanos como para quem os seguia, segundo Freda Indursky (2006, p.38),

¹ Esses questionamentos foram formulados pelos meus alunos do Ensino Médio durante a minha prática de docência em sala de aula, e aqui foram readequados para nortear esta pesquisa.

consistia em um encadeamento de frases, e a gramática ensinava a compor frases bem formadas e a encadeá-las em períodos igualmente bem constituído. Nessa perspectiva, para produzir um bom texto, cabia àquele que o produzia seguir as regras da gramática. Nesse período, o texto não era visto como objeto gramatical, eram a *frase e o período* que detinham essa função.

Com o propósito de examinar o *texto* sob as três perspectivas teóricas anunciadas, começamos pela abordagem da Linguística Textual.

1.1 O texto sob o viés da Linguística Textual

Os paradigmas da Linguística Textual começam a ser traçados a partir da década de 1960, por Halliday e Hasan (1976), na Europa, através do desenvolvimento de três linhas teóricas: a análise transfrástica, gramáticas do texto e as teorias do texto. Para a análise transfrástica, o texto ainda não é propriamente o objeto de análise, uma vez que os estudos a partir da frase continuam em evidência. Nessa fase inicial, considera-se o texto como um prolongamento, ou mesmo, uma sequência coerente de frases.

Uma das definições da Linguística Textual a coloca como a responsável pelo estudo da estrutura e do funcionamento dos textos, ou seja, uma linguística que tem como objeto de estudo o próprio texto. Nessa perspectiva, o *texto* para Halliday (1998, p. 128) não é uma unidade composta de orações; *o texto realiza-se em orações*. O texto é “para o sistema semântico o que uma oração é para o sistema léxico-gramatical e uma sílaba para o sistema fonológico”. Dessa forma, um texto é produto de seu entorno e funciona nele; possui uma estrutura genérica, tem coesão interna; “texto é significado e significado é opção, uma corrente contínua de seleções” (idem, p. 179). Observamos que como unidade do processo semântico, o texto pode mostrar, de acordo com a situação, padrões de relação que se constituem em **registro**². Para Halliday (1998, p. 47), o registro é a configuração de significados, pois

toda língua funciona em contextos de situação e pode vincular-se a esses contextos. A questão não consiste em saber quais peculiaridades de vocabulário, de gramática ou de pronúncia podem considerar-se diretamente por referência à situação; a questão é que tipos de fator de situação determinam quais tipos de seleção do sistema linguístico.

² Grifo das autoras Fuzer e Cabral, 2010.

É na gramática textual que pela primeira vez o *texto* é considerado objeto de análise central da Linguística Textual. Dessa forma, todo o conhecimento construído em torno do estudo da frase, anteriormente, está, agora, a serviço do objeto texto. Nessa fase, os estudiosos pretendiam escrever uma gramática para explicar os fenômenos linguísticos que não poderiam ser explicados pela análise transfrásica, uma vez que esses fenômenos rompiam o limite frasal.

Do ponto de vista da descrição gramatical, o texto é constituído na atualização do potencial de significado da língua, como salienta Halliday (1978, p. 122):

O texto é a forma linguística de interação social. É uma progressão contínua de significações, em combinação tanto simultânea como em sucessão. Os significados são as seleções feitas pelo falante das opções que constituem o potencial de significados; o texto é a actualização desse potencial de significado, o processo de escolha semântica.

Desta forma, segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 4), *texto* é “qualquer instância da linguagem, em qualquer meio, que faz sentido a alguém que conhece a linguagem”. Nesse sentido, Gouveia (2008), complementa que texto em essência é uma entidade semântica, isto é, um constructo de significados, uma troca social de significados.

Os linguistas do texto percebem que os princípios da gramática textual se mostram insuficientes para a realização de uma análise mais profunda com relação ao texto, o que provoca o surgimento de uma nova fase na Linguística Textual, chamada de “processamento do texto”, a qual perdura até os dias de hoje.

Segundo Beaugrande e Dressler (1996), um texto bem construído apresenta o que eles chamam de *textualidade*, ou seja, é um conjunto de características que constitui um texto, e não meramente um conjunto de frases. Diante disso, esses autores apontam sete aspectos fundamentais responsáveis pela textualidade. Dentre eles, dois grupos chamados de fatores: fatores linguísticos e fatores extralinguísticos. Os primeiros são compreendidos por três aspectos, coesão, coerência e intertextualidade, e aos últimos compreendem quatro aspectos: intencionalidade, aceitabilidade, informatividade e situacionalidade.

Desta forma, o *texto*, na visão dos autores Michael Halliday e Ruqaiya Hasan (1976), que atuam numa linha que abrange a estilística e outros aspectos dos estudos textuais, rompe a barreira da frase, ou seja, mostra que as relações além da frase envolvem uma interação complexa da linguística com outras relações como a retórica, a estética e a pragmática.

A expressão *texto*, segundo Halliday e Hasan (1976, p. 2), é usada nos domínios da Linguística para referir-se a *qualquer passagem oral ou escrita, tomada como uma unidade, não importando a extensão*, e os autores definem o objeto *texto* como uma *unidade da língua em uso*. O que caracteriza a condição de tessitura de um texto, para Halliday e Hasan (idem) *são as relações coesivas ou de co-referencialidade atribuídas a diferentes itens (lexicais, gramaticais) ou ainda às relações de retomada*. A coesão, como princípio de identidade de um texto, pode ser caracterizada pela necessidade permanente que um termo possui em relação ao outro para que possa ser interpretado.

Segundo Halliday e Hasan (1976), essa relação de dependência, por outro lado, se estabelece na linearidade espacial do texto, em relação aos itens que precedem ou sucedem um ou outro item lexical, de tal forma que a necessidade de conceituar o texto como um objeto, cujas relações de interdependência sintático-semânticas são produzidas numa perspectiva de linearidade interna ao próprio objeto (anáforas, catáforas, definitivações, substituições elipses, etc.) torna-se uma característica dominante do que se pode definir como o próprio objeto de investigação da Linguística Textual.

Com relação à intervenção da exterioridade, designada de “situação” para reportar-se ao contexto situacional imediato no qual o texto se insere, Halliday e Hasan (1976) propõem a adoção de três categorias extralinguísticas a fim de descrever como este contexto situacional determina diferentes modos de significação expressos no texto. São elas:

a) a noção de campo, que representa o “acontecimento” como um todo dentro do qual o texto funciona juntamente com o propósito do falante/escritor e a questão temática, que trata do universo de referência selecionado; b) a noção de modo, vista como uma função do texto no evento, incluindo o canal de linguagem (oral, escrito, espontâneo, elaborado) e o tipo de gênero discursivo (narrativo, didático, persuasivo, etc.); c) a noção de interacionismo, de caráter geral, que faz referência ao “tipo de papel de interação entre os sujeitos e ao conjunto de aspectos concernentes às relações sociais relevantes, permanentes ou temporárias, entre os participantes envolvidos”. (HALLIDAY e HASAN, 1976, p.22).

De acordo com esses autores, são estas categorias extralinguísticas que possibilitam caracterizar as “propriedades” de um texto em situação. Cabe salientar, por outro lado, que a especificidade do texto pode ser atestada, conforme Halliday e Hasan (1976), pelo funcionamento de suas relações de interdependência semântica, apresentadas como relações predominantemente endofóricas, mas que se tornam exofóricas em virtude de seu contexto

imediatamente de produção envolvendo os elementos acima: o acontecimento, o gênero textual e a modalidade de interação.

Não há, deste modo, como negar que os estudos do texto, sobretudo as reflexões de Halliday e Hasan (1976) em torno das relações entre sintaxe, semântica e textualidade, trazem importantes contribuições para a Linguística, especialmente no que se refere ao funcionamento dos itens lexicais e gramaticais como elementos de articulação semântica interna ao texto. Podemos dizer, assim, que esses autores fornecem a “matéria prima” para deslocar, do texto, a centralidade de uma sintaxe de base formal, colocando no lugar desta uma leitura focada em aspectos sintático-semânticos.

Há que se observar, por outro lado, que a necessidade de conceituar o objeto *texto*, a partir da interdependência sintático-semântica pautada, sobretudo, numa relação de linearidade interna (endofórica) que aponta para os limites, ou seja, para a divisão com o que é externo (exofórico) – objeto de estudo da pragmática – vem separar, claramente, o que é semântico e o que é pragmático, de tal modo que tudo que remete para fora do texto extrapola sua dimensão, tornando-se um aspecto “complementar”, uma “categoria funcional” agregada ao objeto.

A seguir, vamos discutir o texto na perspectiva da Análise do Discurso, campo teórico que toma o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores.

1.2 O texto na perspectiva teórica da Análise de Discurso

A Análise de Discurso de linha francesa (AD), desenvolvida por Michel Pêcheux (1975), na França, e Eni Orlandi (1992), no Brasil, é uma teoria que considera que a linguagem não é transparente e procura observar num texto o seu funcionamento e como ele significa.

A Análise de Discurso se interessa por estudar a *língua funcionando para a produção de sentidos* (ORLANDI, 1999, p.17), o que permite analisar unidades além da frase. Nessa direção, o analista de discurso faz um trabalho minucioso sobre os textos para perceber o modo como esses se inserem na discursividade, não apenas para interpretá-los, mas também para compreendê-los na sua essência.

Conforme Orlandi (2008, p. 64), em sua obra intitulada *Discurso e Texto*, o texto não é uma unidade fechada, pronta e acabada,

ele vai-se abrir, enquanto objeto simbólico, para as mais diferentes possibilidades de leituras que, a meu ver, mostram o processo de textualização do discurso que sempre se faz com falhas, com defeitos.

Essas “falhas” ou “defeitos”, segundo a autora, aparecem quando a relação da língua com a história não se mostra bem articulada, ou melhor, *o equívoco é a inscrição da falha da língua na história*. (idem, p. 64). Nessa perspectiva, o texto não será mais uma unidade fechada nela mesma, isto é, a unidade de análise de discurso é o texto.

De outro lado, a concepção de texto que se tinha antes dessa teoria era que

para o leitor, o texto é a unidade empírica que ele tem diante de si, feita de som, letra, imagem, sequências com uma extensão, (imaginariamente) com começo, meio e fim e que tem um autor que se representa em sua unidade, na origem do texto, “dando-lhe” coerência, progressão e finalidade. (ibidem, 2008, p. 65).

Na Análise de Discurso, o texto é visto como a materialidade do discurso e como um elemento que se apresenta tal qual uma peça dentro do conjunto de enunciados que constituem a atividade discursiva. É uma peça que permite o jogo da interpretação, o deslizamento dos sentidos. Orlandi (2008, p. 65) considera o texto como uma ‘peça’ no sentido de engrenagem. É uma peça que tem um jogo, que permite o trabalho da interpretação, do equívoco”. Sob o viés da Análise de Discurso, não há sentidos fixos que devem ser extraídos dos textos no momento da leitura. Se o discurso é efeito de sentidos, esses últimos são construídos a partir da atividade do sujeito leitor, que é sempre histórico e marcado pela ideologia.

Apesar de o texto se apresentar imaginariamente com início, meio e fim, não é uma unidade fechada. Ao contrário, o texto como unidade de análise, produz uma imensa carga simbólica e uma multiplicidade de sentidos. Como afirma Orlandi (2006) na obra *Discurso e Textualidade*, o texto

visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada – embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso, a memória do dizer). (idem, 2006, p. 22).

Como faz parte de uma cadeia, o texto é inevitavelmente construído a partir de outros textos, num diálogo com outras vozes e, justamente por isso, não pode ser observado de forma isolada, mas de forma heterogênea.

Segundo Orlandi (2008), como elemento de materialização do discurso, o texto nunca será interpretado do mesmo modo por sujeitos diferentes, sendo, importante levar em conta a diversidade dos leitores, as marcas ideológicas que envolvem a produção da leitura. Um leitor que é cristão lerá a bíblia de modo diverso de um ateu, por exemplo, e essa diferença de leitura mostra que o texto não tem sentido único. Assim, não se pode entender o texto como um produto pronto e acabado, como um elemento completo e fechado em si próprio. O ponto de partida da concepção de texto na Análise de Discurso é o de que o texto sempre comporta outros sentidos, outras significações.

No processo de leitura, é preciso submeter o texto à própria heterogeneidade da língua, rompendo com a ideia de que há nele um sentido evidente, pronto para ser capturado pelo sujeito leitor.

De acordo com Orlandi (2006, p. 22), “não são as palavras que significam o texto. Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade”. Ou seja, a interpretação é sustentada pelo discurso, e ela o provê de realidade significativa. Desta forma, a textualidade “é a função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade. É pensando a relação do texto com sua exterioridade que podemos pensar não na função do texto mas seu funcionamento”. (idem).

Observamos que o texto para a Análise de Discurso não tem um sentido único que deve ser extraído pelos leitores. Por isso, ler na perspectiva desse campo teórico é compreender os sentidos do texto (e não sentido), através da observação do mesmo como uma peça dentro do discurso. Esta corrente de estudos da linguagem concebe a leitura como um modo de compreensão que passa pelo viés da interpretação, do processo de geração dos sentidos de um texto. Esses últimos relacionam-se com as formações discursivas e ideológicas que interpelam os sujeitos no momento em que eles entram em contato com um texto.

Tomando-se o texto como uma unidade significativa do discurso, ou seja, uma peça na engrenagem discursiva, Orlandi (2007, p. 14) define o texto como “um bólido de sentidos”; isto é, o texto é sempre uma unidade de significação, uma cadeia plurissignificativa, não se pode vê-lo como um produto inerte, apático às relações com a sua exterioridade.

A leitura, de modo geral, passa por três diferentes estágios: a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão. O inteligível, segundo Orlandi (1988), refere-se ao processo pelo qual se atribui um sentido atomizadamente, a partir da decodificação das palavras. É o que acontece nos processos de decodificação pura, cuja leitura se resume a apreender o sentido convencionado, dicionarizado. A interpretação é o estágio posterior a este em que se pode atribuir um sentido ao texto, levando em conta exclusivamente o cotexto, ou seja, as ligações entre os enunciados que compõem a textualidade.

Por outro lado, a compreensão vai além da interpretação, pois para compreender, citando a mesma autora “é preciso relacionar os diferentes processos de significação que acontecem em um texto, [...] é compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico”. (ORLANDI, 2001, p. 70). A atividade de compreensão é mais complexa, colocando o texto em relação com o processo de enunciação, com o contexto histórico no qual o mesmo se inscreve, recuperando os implícitos, reconhecendo os possíveis sentidos do texto. Compreender é, então, expor o leitor à opacidade do texto, à ideia de que o sentido pode sempre ser outro, ao equívoco constitutivo da linguagem.

O processo de leitura instaura também o que se pode chamar de “efeito leitor”. O efeito leitor coloca o sujeito que lê o texto em relação direta com a opacidade do mesmo, sendo a leitura, suscetível a falhas. Para a autora (1988), “o leitor é da leitura, numa ordem social dada, em um lugar específico”. O sujeito leitor não é sempre o mesmo: por isso, pode-se dizer que nunca se lê um texto da mesma forma. Um leitor da Idade Média não é o mesmo leitor do Renascimento nem da contemporaneidade, daí a afirmação de que o leitor é fruto das relações históricas e ideológicas sobre as quais se constitui.

Para a Análise de Discurso de linha francesa, é possível afirmar que a leitura é uma atividade complexa de geração de sentidos. O texto, por sua vez, é um elemento, uma peça que faz parte do jogo discursivo, e, por isso, é sempre construído a partir de uma gama de já ditos, de formações discursivas diversas e que mobilizam inúmeras leituras e posicionamentos do sujeito leitor.

O leitor, por sua vez, nessa corrente, não é um sujeito passivo que apenas apreende sentidos ou reproduz o que está explícito no texto, mas um sujeito histórico e ideológico que estabelece gestos de interpretação, a partir da posição que ocupa discursivamente.

Veremos no item que se segue como o conceito de *texto* se configura na vertente teórica da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães (2012).

1.3 O texto na visão da Semântica do Acontecimento

Neste item, vamos discutir as abordagens conceituais de texto na visão da Semântica do Acontecimento, disciplina teórica desenvolvida por Eduardo Guimarães (2005; 2012), no Brasil, e que se define como uma *semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer*. (idem, 2005, p. 7).

Na apresentação da obra *Análise de Texto: procedimentos, análises, ensino*, Guimarães (2012, p. 12), ao refletir sobre os estudos que vêm realizando sobre texto, diz que

o texto é uma unidade de significação. Não se trata de dizer que o texto tem unidade, mas que ele é uma unidade, assim como a palavra é uma unidade, o enunciado é uma unidade, etc. E esteve e está sempre presente para mim que a questão do texto é uma questão semântica (usando inicialmente esta palavra no seu sentido mais geral), o texto interessa porque significa.

Guimarães (idem, p. 25), no capítulo “O que é texto”, fundamenta teoricamente o que se entende por texto, definindo-o como “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação”.

O *texto*, na visão do semanticista (1994, p. 66), não pode ser entendido como uma evidência empírica dos objetos do conhecimento, pois para ele, o

texto tem a ver com a ilusão de evidência ligada ao fato de que há sequências de linguagem que se caracterizam por ter um princípio e um fim. Esta evidência está ligada ao fato de que, em dadas circunstâncias, começa-se a falar e termina-se, começa-se a escrever e termina-se. Mais que isso, o que se escreve recebe uma encadernação chamada livro, que constitui um objeto físico com limites físicos bem determinados e que hoje tem um valor comercial.

Como estamos discutindo a concepção de texto sob o viés teórico da Semântica do Acontecimento, julgamos necessário apresentar a definição de enunciação, visto que o texto se constitui no acontecimento de enunciação.

Segundo Guimarães (1994, p. 67),

a enunciação deve ser tratada como acontecimento histórico. Isto é, a definimos como um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso.

Ou seja, a língua se põe em funcionamento ao ser afetada pelo dizível e quando o indivíduo ocupa uma posição de sujeito. Como postula Guimarães (idem, p. 67), *a enunciação, deste modo, não diz respeito à situação. E, por ser assim afetada pelo interdiscurso, a enunciação não é homogênea, é uma dispersão que a relação com o interdiscurso produz.*

O interdiscurso, termo oriundo da Análise de Discurso, conforme Orlandi (1992), é a relação que se dá de um discurso com outros discursos, essa relação se dá de maneira particular por constituir todo o discurso. Ou melhor, o interdiscurso *é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido.* (ORLANDI, 1992, p. 89).

Guimarães (1994) esclarece como a posição sujeito-autor se inscreve no acontecimento.

Esta posição assume como suas as palavras que de direito são do interdiscurso. E a condição para assumi-las é que elas se dão ao autor no acontecimento, que se mostra como singular, esquecendo o que de memória constrói o acontecimento, e portanto o texto. Esta é a operação enunciativa fundamental para a textualidade: construir como unidade o que é disperso; produzir a ilusão de um presente sem memória. E por isso o texto está inapelavelmente aberto à interpretação, que percorre as linhas da dispersão, da memória. E o texto, tal como a enunciação, não diz respeito à situação. A situação como entidade empírica não organiza nada no texto. (ibidem, p. 67).

Nessa direção, Guimarães (2012, p. 25) define o *texto* como *uma unidade de significação*. Essa definição o leva a refletir como o *texto* se caracteriza por produzir sentido através desta unidade de significação, e ao mesmo tempo a faz dela um texto. O outro aspecto mencionado pelo autor é como esta unidade (o texto) integra os enunciados, isto é, o texto é integrado por enunciados, fazendo com que o texto seja texto e faça sentido.

Os enunciados são unidades de linguagem que significam caracterizando o texto por meio de uma relação de significação. Segundo Guimarães (2012, p. 27), o texto *é, nesta medida, uma unidade que se apresenta entre outras da mesma natureza. No entanto o texto não tem unidade, se esta palavra significa qualidade do que é uno, do que é homogêneo.*

Nessa perspectiva, o texto não pode ser entendido como uma relação de integração de enunciados que se organizam por uma passagem segmental, como concebe Benveniste (1962). Um texto integra enunciados, mas não é composto de enunciados e nem é um conjunto de enunciados existentes antes e ali reunidos.

Para Guimarães (2012), essa integração do texto ocorre de uma forma diferente, ou seja, transversalmente. Segundo ele,

O funcionamento da linguagem considera que as relações de sentido não são segmentais, mas normalmente transversais, sobrepostas, etc., posso considerar esta relação de sentido, a integração, de um modo novo e assim caracterizar o texto não composto por segmentos, mas como integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade. (idem, p. 30).

Ou seja, a relação de integração é produzida pelos sentidos dos enunciados. Como podemos verificar, o *texto* nesta perspectiva teórica, é uma unidade complexa de significação que se integra por uma relação transversal, sobreposta, etc., não linear e não segmental. De modo geral, a Semântica do Acontecimento tem em comum com a Linguística Textual e a Análise de Discurso a questão do sentido produzida pela textualidade, resguardada a posição teórica de cada uma delas.

De acordo com Guimarães (2012, p. 36), *não há unidade complexa enquanto unidade da língua. A unidade complexa é sempre do plano da realização, no meu caso, do plano da enunciação, do acontecimento.*

O autor (idem) apresenta outro aspecto importante para constituição de um texto *que seus enunciados se reportam sempre a enunciados de outras enunciações anteriores, de outros textos. Há no acontecimento do texto sempre o dizer de outros.*

Desse modo, observamos, conforme Guimarães (ibidem, p. 36), que

um texto fala sempre de outros textos, ou a partir de outros textos, ou de elementos de outros textos, incorporando-os e assim modificando. Um texto chega mesmo a se apresentar como uma versão de outro texto ou de si mesmo.

Vejamos no item que se segue os pontos de semelhança e dessemelhança nas três teorias apresentadas em relação à concepção de texto.

1.4 A relação de concepção de texto entre as três teorias

As questões levantadas no início deste trabalho nos levam a compreender que a concepção de texto é construída conforme o lugar teórico daqueles que o formulam. Assim,

ao contrário do que pensávamos o texto dotado de início, meio e fim, o texto realiza/materializa a prática de linguagem ou atividade discursiva produzida por sujeitos diversos, em situações diversas.

Observamos que na Linguística Textual o texto é visto *como qualquer passagem oral ou escrita, tomada como uma unidade, não importando a extensão*, ou seja, o texto é formulado a partir dos fatores linguísticos e fatores extralinguísticos, constituindo uma unidade formal.

Diferentemente dessa concepção, a Análise de Discurso concebe o texto como *uma unidade da análise de discurso*, pela relação que estabelece com outros textos. Desse modo, o texto é aberto à exterioridade, à relação dos já-ditos antes, ou seja, à memória do dizível. O texto é visto como uma materialidade do discurso e como um elemento que se apresenta tal qual uma peça dentro do conjunto de enunciados que constituem a atividade discursiva.

Pelo fato de a Semântica do Acontecimento dialogar com a Análise de Discurso, no que diz respeito ao interdiscurso, essa teoria concebe o texto como “uma unidade de sentido que integra enunciados” na sua relação com a exterioridade. Desta forma, essa integração de enunciados só é possível quando as relações de sentido se constituem transversalmente.

Ao fazermos essas abordagens sobre o conceito de texto, abre-se um leque de diferentes formulações daquilo que tínhamos conhecimento sobre o *texto*. No entanto, diferentemente da noção de texto apreendida desde os bancos escolares, isto é, a de que o texto é verbal (escrito ou oral), ou constituído de um aglomerado de frases e períodos, com início, meio e fim, esse percurso nos mostrou que o texto para significar deve ser dotado de sentidos, isto é, uma unidade de sentidos que integra enunciados de forma transversal.

Para melhor compreender os aspectos de convergência ou não entre as teorias a respeito da concepção de texto, apresentamos um quadro-síntese³, mostrando os elementos que constituem e/ou descrevem o *texto* sob o viés da Linguística Textual (HALLIDAY e HASAN 1976; HALLIDAY, 1998), Análise de Discurso (ORLANDI, 2001; 2008) e a Semântica do Acontecimento. (GUIMARÃES, 2002; 2012).

³ Com base no quadro apresentado por Freda Indursky no texto Discurso e Textualidade (2006, p. 75).

Linguística Textual	Análise de Discurso	Semântica do Acontecimento
- Unidade formal: início, meio e fim	- Unidade de análise do discurso;	- Unidade de sentido que integra enunciados;
- Contexto situacional imediato: intencionalidade, aceitabilidade, informatividade e situacionalidade. - Fatores linguísticos (coerência, coesão e intertextualidade);	- Textualização: interpretação sustentada pelo discurso; - Aberto à exterioridade.	- Integração transversal; - Perpassado pelo dizível.
	- Posição-sujeito (afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia).	- Locutor (alocutário), locutor-x (alocutário-x); - Enunciador (destinatário).
Sentido dado pelo texto	- Sentido intervalar: efeito de sentido entre sujeito-autor e sujeito-leitor mediado pelo texto.	- Sentido dado pela relação de integração entre textos.

Na próxima seção, estaremos discutindo as políticas de constituição do ENEM e, em especial, a construção linguística e semântica do exame de Redação.

A REDAÇÃO DO ENEM: UM ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM

O acontecimento de linguagem não se dá no tempo, nem no tempo do locutor, mas é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como latência de futuro.

(Guimarães, 2005)

A citação acima nos leva a considerar a Redação do Exame Nacional do Ensino Médio, doravante ENEM, como um acontecimento de linguagem por constituir o seu presente, a partir de um memorável que se abre para o futuro possibilitando a realização de novas enunciações, de novas temporalidades. Ou seja, a Redação do ENEM, enquanto acontecimento do dizer, recorta um conjunto de discussões já realizadas sobre o modelo de provas dos vestibulares anteriores, que inclui a prova de Redação, projetando uma nova textura às provas objetivas e de redação, materializada no modelo atual do ENEM.

A partir do tema da nossa pesquisa, *Os procedimentos de reescrituração e articulação na construção dos sentidos de textos de Redação do ENEM/2013*, e considerando os aspectos conceituais e estruturais que constituem a prova de Redação do ENEM, propomos refletir, nesta seção, sobre as políticas estabelecidas pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a construção linguística e semântica da Redação do ENEM, bem como a proposta de redação e de seus aspectos avaliativos (habilidades e competências).

Embora o ENEM abranja outras áreas do conhecimento humano como Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias, neste capítulo, vamos nos deter nas políticas e na constituição da prova de Redação por se tratar de uma das avaliações do ENEM que visa à avaliação dos conhecimentos na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

Para discorrer sobre o ENEM, enquanto exame de avaliação do conhecimento (competências e habilidades), torna-se necessário examinar como se deu a instituição das políticas do ENEM e, particularmente, da Redação, nosso objeto de análise.

2.1 A instituição das políticas do ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado e instituído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)⁴, em 1998, para ser aplicado anualmente aos alunos concluintes e egressos do Ensino Médio, com o objetivo de avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais para o exercício pleno da cidadania. Nesse enfoque, o ENEM tinha como objetivo:

- a. oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder a sua auto-avaliação com vista às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- b. estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
- c. estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao ensino superior. (BRASIL, 2002, p. 7-8).

Na sua primeira edição, em 1998, o ENEM contou com um número modesto de 157,2 mil inscritos e de 115,6 mil participantes. Durante os primeiros anos do exame poucas mudanças ocorreram. Em relação ao exame, somente na edição de 2000, algumas universidades começam a aderir como parte do critério de seleção. Em 2001, na sua quarta edição, já alcançava a marca expressiva de 1,6 milhão de inscritos e de 1,2 milhão de participantes. Essa popularização se deu devido à isenção do pagamento da taxa de inscrição para os alunos da escola pública. Outro fator decisivo para o sucesso do ENEM foi o apoio das Secretarias Estaduais de Educação, das escolas de Ensino Médio e das instituições de ensino superior (IES).

A popularização definitiva do ENEM veio em 2004, quando o Ministério da Educação instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni) e vinculou a concessão de bolsas para IES privadas à nota obtida no Exame. No ano seguinte, o ENEM alcançava a

⁴ Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/institucional/>. Acesso em: 27/07/2015.

marca histórica de 3 milhões de inscritos e 2,2 milhões de participantes. Em 2006, o Exame estabeleceu novo recorde, com 3,7 milhões de inscritos e 2,8 milhões de participantes. Nesse período, começam a ser publicadas as médias no ENEM por escola.

Com essas políticas e as proporções que o Exame alcançou no país, a possibilidade concreta de carimbar o passaporte de ingresso ao ensino superior tornou-se o principal incentivo para que os concluintes e egressos do Ensino Médio se inscrevessem e realizassem o Exame. Afinal, a nota obtida no ENEM pode significar tanto uma bolsa integral ou parcial do ProUni quanto a conquista de uma vaga em algumas das mais prestigiadas instituições de ensino superior do país, entre elas as universidades públicas mais concorridas.

Atualmente são mais de 600 IES cadastradas no Inep que utilizam os resultados do ENEM em seus processos seletivos, seja de forma complementar ou substitutiva. As universidades têm autonomia para organizar seus processos seletivos e muitas delas já substituíram ou estudam substituir o vestibular pelo ENEM.

O desenvolvimento do ENEM, nos últimos dez anos, acompanhou as profundas mudanças legais, organizacionais e curriculares que atingiram todas as etapas e modalidades de educação, da pré-escola à educação superior. Como instrumento educativo, o Exame precisou ser flexível para acompanhar as mudanças, por compreender que a educação sendo, por natureza, dinâmica, deve ser continuamente interrogada criticamente e reinventada como projeto coletivo e prática social. Ao completar dez anos, o ENEM ocupa um lugar de destaque na agenda educacional brasileira pela sua contribuição para a reorganização e reforma do currículo do Ensino Médio, democratização do acesso ao ensino superior e, em última instância, melhoria da qualidade da educação básica.

A rapidez com que as mudanças sociais se processam e alteram a vida cotidiana impõe um padrão mais elevado para a escolaridade básica, cujo projeto pedagógico da escola deve se pautar no desenvolvimento das competências com as quais os alunos possam assimilar informações e utilizá-las em contextos adequados, interpretando códigos e linguagens e servindo-se dos conhecimentos adquiridos para a tomada de decisões autônomas e socialmente relevantes.

Estas premissas já estão delineadas na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que introduz profundas transformações no Ensino Médio, desvinculando-o do vestibular, ao flexibilizar os mecanismos de acesso ao ensino superior e, principalmente, delineando o perfil de saída do aluno da escolaridade básica, ao estipular que, ao final do Ensino Médio, o educando demonstre:

- I. domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II. conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- III. domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 2002, p. 05).

No âmbito dessas mudanças, a LDB determina, inclusive, que a União assegure o processo nacional de avaliação do rendimento escolar para todos os níveis de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (art. 9º, VI), e é nessa perspectiva que o Inep vem realizando o ENEM.

Para estruturar o Exame, concebeu-se uma matriz com a indicação de competências e habilidades associadas aos conteúdos do Ensino Fundamental e Médio e que são próprias ao sujeito na fase de desenvolvimento cognitivo, correspondente ao término da escolaridade básica. Têm-se como referência a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Reforma do Ensino Médio, bem como os textos que sustentam sua organização curricular em Áreas de Conhecimento e, ainda, as Matrizes Curriculares de Referência para o Saeb⁵.

O ENEM, ao colocar-se como instrumento de avaliação individual de desempenho por competências ao término da escolaridade básica, serve como referência de autoavaliação a milhares de jovens e, ao mesmo tempo, avalia as respostas que a escola apresenta diante dos desafios impostos pelos mecanismos estruturais da sociedade. Na mesma direção, permite ao poder público dimensionar e localizar as lacunas que debilitam o processo de formação dos jovens e dificultam sua realização pessoal e sua inserção no processo de produção da sociedade. Dessa forma, os resultados de desempenho obtidos se apresentam necessariamente no cenário das diferenças socioeconômicas que ainda marcam a sociedade brasileira.

De outro lado, o ENEM, com a abrangência obtida em 2001, decorrente da gratuidade instituída para os concluintes de escolas públicas, concluintes carentes das escolas particulares e egressos carentes, busca captar de forma razoavelmente distribuída no país a percepção dos jovens egressos do Ensino Médio sobre a sua experiência escolar, a caracterização das escolas que frequentaram e suas opiniões sobre as relações intervenientes no processo de aprendizado e convivência escolar. Nesse sentido, de acordo com o Documento Básico do ENEM (2002), o exame consolida seu papel de valioso instrumento para subsidiar e adequar as políticas de educação no País.

⁵ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

Verificamos que o novo modelo do ENEM se distanciou um pouco da proposta inicial, ou seja, deixa de ser um exame alternativo aos vestibulares tradicionais, e se torna obrigatório, e da mesma forma deixa de avaliar a preparação para o exercício da cidadania e se volta exclusivamente para a avaliação da preparação do ensino superior.

Contudo, podemos dizer que o novo ENEM encontra-se num estágio intermediário entre o modelo original e o obsoletismo dos vestibulares tradicionais, promovidos por algumas IES. Desse modo, o ENEM se tornou um exame de políticas públicas de massas “multifuncional”, ou seja, com várias funções, como: conclusão do ensino básico (média superior a 450 pontos), medidor do *ranking* das escolas do ensino básico, acesso ao FIES⁶ e ao ProUni, e a última e principal característica que o Exame vem exercendo, na sociedade brasileira, o acesso ao ensino superior. Nesse quadro, o ENEM reafirma cada vez mais o discurso de que devemos “capacitar” educandos para terem “acesso” ao ensino superior.

Destacamos a seguir um quadro que sintetiza as principais características do Modelo do ENEM no período de 1998 a 2008 e do novo ENEM a partir de 2009.

Característica	De 1998 a 2008	De 2009 em diante
Objetivo principal	Avaliar a preparação para a cidadania	Avaliar a preparação para o Ensino Superior *
Objetivos específicos	3 objetivos (em 1998)	7 objetivos
Matriz de referência	5 competências organicamente relacionadas a 21 habilidades	4 áreas de conhecimento, 5 eixos cognitivos, 30 competências hierarquicamente relacionadas a 120 habilidades, conteúdos (objetos e conhecimento)
Dimensões supostamente avaliadas (número de notas disponíveis nos microdados)	5 notas de prova e 5 de redação (relativas às competências)	4 notas de prova (relativas às áreas do conhecimento) e 5 de redação (competências)
Formato da prova	1 prova de 63 itens e 1 redação	4 provas de 45 itens e 1 redação
Duração da prova	1 dia (5 horas)	2 dias (4,5 horas e 5,5 horas)
Análise dos resultados	Teoria Clássica dos Testes	Teoria da Resposta ao Item
Itens	Fornecem informações necessárias para resolução	Algumas delas pressupõem domínio prévio de informação

Fonte: INEP, Brasília 2010.

⁶ Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

2.2 A construção linguística e semântica da Redação do ENEM

Este item versa sobre como a proposta do texto redacional do ENEM é tecida, construída linguisticamente e semanticamente a partir das políticas estabelecidas pelo INEP, que movimentam os sentidos na proposição da redação. Ou seja, como as propostas são construídas e interpretadas para produzir no candidato os efeitos desejados pelas políticas do ENEM. Para este estudo, nos pautamos nos documentos oficiais do MEC⁷.

Os quadros a seguir funcionam como guias, que orientam como o candidato deverá formular o texto da redação, a partir da seguinte estrutura: tema → tese → argumentos → proposta. Além desses aspectos, o texto deve conter a modalidade de escrita formal da Língua Portuguesa, contendo a coesão e a coerência. A tese se constitui do ponto de vista que o candidato deve defender, cujos argumentos devem ajudá-lo a elaborar uma proposta de intervenção social para a problemática levantada, desde que respeite os direitos do homem. São essas diretrizes que deverão guiar o candidato na construção do texto redacional. Sair desse modelo significa ficar excluído da relação dos aprovados.

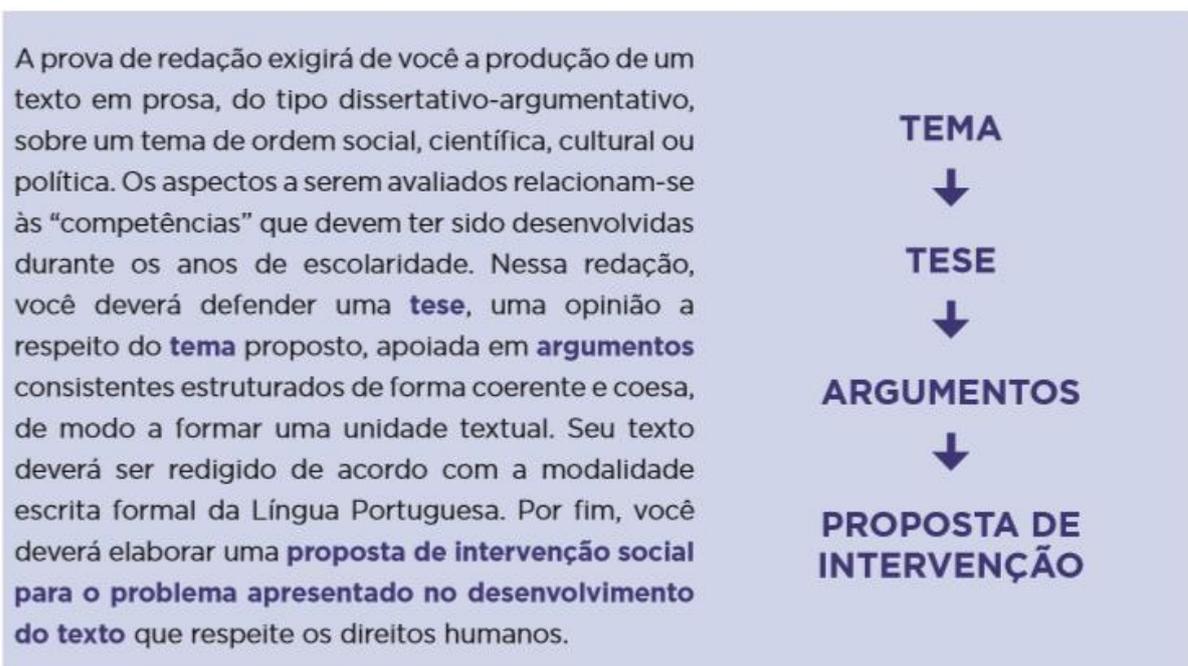


Figura (1) – Fonte: Guia do Participante do ENEM (BRASIL, 2013)

⁷ Ministério da Educação e Cultura

I – Apresentar uma tese, desenvolver justificativas para comprovar essa tese e uma conclusão que dê um fecho à discussão elaborada no texto, compondo o processo argumentativo.

TESE – É a ideia que você vai defender no seu texto. Ela deve estar relacionada ao tema e apoiada em argumentos ao longo da redação.

ARGUMENTOS – É a justificativa para convencer o leitor a concordar com a tese defendida. Cada argumento deve responder à pergunta “Por quê?” em relação à tese defendida.

II – Utilizar estratégias argumentativas para expor o problema discutido no texto e detalhar os argumentos utilizados.

ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS – São recursos utilizados para desenvolver os argumentos, de modo a convencer o leitor, como:

- exemplos;
- dados estatísticos;
- pesquisas;
- fatos comprováveis;
- citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto;
- alusões históricas; e
- comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.

Figura (2) – Fonte: Guia do Participante de ENEM (BRASIL, 2013)

Observamos nesses quadros como se constituem as “regras”, na concepção do ENEM, para se ter um “bom” texto do tipo dissertativo-argumentativo. Esses aspectos são imprescindíveis para que o locutor-candidato tenha êxito na Redação. Ou seja, o candidato deve estar atento às instruções que se apresentam no *Guia do Participante* do ENEM/2013.

A prova de Redação visa à avaliação dos conhecimentos na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. A redação deve organizar-se na forma de texto em prosa do tipo dissertativo-argumentativo, acerca de um tema de ordem social, científica, cultural ou política. A operacionalização do ENEM, no que tange à área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, mais precisamente à prova de Redação, deve manter o caráter de interatividade e de diálogo constante e privilegiar a construção de significados.

Na produção da Redação, o candidato é considerado como um escritor, autor de um texto que atende à proposta feita por outros interlocutores. Uma situação-problema é proposta e pretende-se que cada participante selecione o recorte apropriado de seu acervo pessoal,

reorganizando os conhecimentos já construídos com o apoio da escola para enfrentar o desafio proposto, transcrevendo-o em seu projeto de texto.

Há limites implícitos para esse projeto: a língua escrita, o tipo de texto dissertativo-argumentativo e o tema. Esses limites são impostos para atender à representatividade dos próprios limites usualmente presentes nas tarefas da escola e da vida em sociedade. Os projetos desenvolvidos são únicos e pessoais.

De acordo com Os Documentos Oficiais do ENEM (2014), é necessário que todos os envolvidos nos procedimentos operacionais compreendam a concepção de linguagem que norteia o ENEM, traduzida como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade.

Nesses documentos (Idem), a concepção de linguagem é concebida pelas trocas linguísticas decorrentes de forças entre os interlocutores, como podemos ver na citação abaixo.

A consciência da multiplicidade de códigos e a valorização da conquista da cidadania não podem ser ignoradas pelos avaliadores das redações no ENEM, pois, como lembra Mikhail Bakhtin (estudioso da literatura e filósofo da linguagem), as trocas linguísticas decorrem da relação de forças entre os interlocutores. No estudo da linguagem verbal, a abordagem da língua urbana de prestígio deve considerar a sua representatividade, como variante linguística de determinado grupo social, e o valor atribuído a ela no contexto das legitimações sociais. Valoriza-se no ENEM determinada manifestação, a modalidade escrita formal do português contemporâneo, porque socialmente ela representa grupos sociais que autorizam sua legitimidade como a língua da ciência e da cultura letrada. (BRASIL, 2014, p. 8).

Conforme a citação, podemos dizer que os avaliadores das redações devem estar atentos à *consciência da multiplicidade de códigos e a valorização da conquista da cidadania*, por considerar que a linguagem que permeia a prova de Redação é multifacetada por abranger domínios de diferentes teorias linguísticas como a interatividade de Bakhtin (1962), a sociolinguística de Labov (1968), a textualidade de Halliday (1976) e, por fim, a modalidade escrita formal do português brasileiro. Acrescentamos ainda que as teorias que estabelecem relações de sentido entre interlocutores como a Análise de Discurso (PÊCHEUX (1969) e ORLANDI (1983), e a que postula que a língua funciona afetada pelo dizível como a

Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2005), não são contempladas pela(s) linguagem(ens) instituída(s) na prova de Redação.

No Documento Oficial do ENEM (2014), a língua pode assumir as modalidades oral e escrita. Embora pertençam ao mesmo sistema e representem um *continuum*, essas duas manifestações apresentam exigências próprias. A língua escrita não dispõe dos recursos contextuais, como expressões faciais, gestos, entonação, que enriquecem a oral. Ao escrever, é preciso seguir mais rigorosamente as exigências da língua escrita, porque o interlocutor está distante e é necessário garantir a compreensão.

A valorização da escrita exigida na prova de Redação nos remete a Koch (2004), para quem a modalidade da escrita na Redação do ENEM, é o uso consensualmente aceito e consagrado pelos falantes que têm alto grau de escolaridade. Isso diz respeito tanto à fala quanto à escrita. Desta forma, contempla-se a Linguística Textual, em que o texto é formulado a partir dos fatores linguísticos e fatores extralinguísticos, constituindo uma unidade formal.

Essa acepção de texto difere bastante do conceito postulado por Guimarães (2012, p. 25), para quem o texto é “uma unidade de significação”, e a relação da linguagem se dá como algo que fala fora dela, em que as palavras não significam aquilo que referem, e nem a significação, um modo de apresentar o objeto. (idem, 2005). Essa definição o leva a refletir que o *texto* se caracteriza por produzir sentido através desta unidade de significação, e ao mesmo tempo faz dela um texto, isto é, *uma unidade que se apresenta entre outras da mesma natureza*. (idem, p. 27).

Desse modo, a “unidade de significação” exposta ao dizível se diferencia do conceito basilar que se aplica na constituição da Redação do ENEM, porque a linguagem do exame é tida como transparente, constituída de sentidos postos nos textos motivadores e não é afetada pela exterioridade.

O modelo da prova de Redação, constituída de linguagem verbal (textos e/ou fragmentos de textos que estabelecem relação com textos diferentes) e de linguagem não-verbal (figuras, símbolos e outros), empregadas na proposição das questões, deve atender aos princípios da conceituação de Redação:

A redação do ENEM é o tipo textual dissertativo-argumentativo que distingue-se dos tipos narrativo, injuntivo e descritivo, porque é aquele em que se apresenta e se defende uma ideia, uma posição, um ponto de vista ou uma opinião a respeito de determinado tema. Assim, o texto é argumentativo porque o objetivo é a defesa, por meio de argumentos convincentes, de uma

ideia ou opinião; e dissertativo porque se estrutura sob a forma dissertativa - proposição, argumentação e conclusão. (ENEM, 2014, p. 14).

Esse modelo instituído de início/meio/fim se diferencia do conceito de texto proposto por Guimarães (2012, p. 30), para quem um texto relaciona-se “com outros textos, ou a partir de outros textos, ou de elementos de outros textos, incorporando-os e assim os modificando”. (idem, p. 36).

Pelo que vimos, a proposta de construção do texto de Redação do ENEM é pragmática e funciona como um conjunto de definições, regras, normas, que buscam enquadrar/individualizar o candidato a um modelo convencional, ainda que se pretenda projetar efeitos de sentido.

2.2.1 Os instrumentos de avaliação da Redação

A redação é avaliada por meio das competências que estruturam a parte objetiva da prova, "traduzidas" para uma situação específica de produção de texto escrito e desdobradas, cada uma, em quatro níveis que determinam os critérios de avaliação em cada competência.

No modelo vigente, a avaliação da Redação tem por objetivo verificar as competências linguísticas na dimensão textual. Isso implica considerar o desempenho linguístico do participante quanto às habilidades de demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para seleção, organização e interpretação de informações, estruturando-as em um texto dissertativo-argumentativo, no qual se constituem entidades significativas. É importante considerar que, pela tessitura textual, percebe-se a intrínseca relação entre linguagem, mundo e práticas sociais.

A avaliação da dimensão textual verifica o desempenho do participante ao se valer ativamente da linguagem para ler e interpretar o mundo por meio da linguagem na modalidade escrita formal. Para que se constitua um texto nessa modalidade é necessário que as ideias se articulem em um todo significativo. Conforme os instrumentos de avaliação, a manutenção do tema é um desses recursos, mas não é suficiente em textos dissertativo-argumentativos. A ordem das palavras no período, as marcas de gênero e de número, as proposições, os pronomes pessoais, os tempos verbais, os conectivos funcionam também como elos coesivos. Cada um desses elementos estabelece conexões, articulações, ligações,

concatenando as ideias, e permite a progressão do texto em direção à comprovação da proposição que visa a defender.

No modelo atual da matriz de referência para a Redação, além de contemplar as cinco competências, estão correlacionados a elas os seis níveis de conhecimento que visam aos critérios que serão avaliados nesta proposição. Segundo o método avaliativo, o que se busca é abstrair ao máximo os conhecimentos empíricos, cognitivos e natos do(a) candidato(a). De acordo com o ponto de vista do Exame, há correlação entre esses conhecimentos que visam aprimorar o desenvolvimento do locutor-candidato não só na prática redacional, como também nas outras áreas do conhecimento que fazem parte do ENEM/2013.

Apresentamos a seguir os quadros referentes à Redação do ENEM que configuram a correlação entre as cinco competências e os seis níveis de aprendizagem e a compreensão que cada candidato(a) deverá demonstrar diante de cada competência.

Competência 1: Demonstrar domínio na modalidade escrita formal da língua.

200 pontos	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizem reincidência.
160 pontos	Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.
120 pontos	Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.
80 pontos	Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
40 pontos	Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
0 ponto	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

Figura (3) – Fonte: Guia do Participante – ENEM (BRASIL, 2013, p. 12-13)

Competência 2: Compreender a proposta da redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

200 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
160 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
120 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
80 pontos	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
40 pontos	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
0 ponto	Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa.

Figura (4) - Fonte: Guia do Participante – ENEM (BRASIL, 2013, p. 17).

Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

200 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
160 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.
120 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.
80 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.
40 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.
0 ponto	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.

Figura (5) - Fonte: Guia do Participante – ENEM (BRASIL, 2013, p. 19).

Competência 4: Demonstrar conhecimentos dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

200 pontos	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
160 pontos	Articula as partes do texto com poucas inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
120 pontos	Articula as partes do texto, de forma mediana, com inadequações e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.
80 pontos	Articula as partes do texto, de forma insuficiente, com muitas inadequações e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.
40 pontos	Articula as partes do texto de forma precária.
0 pontos	Ausência de marcas de articulação, resultando em fragmentação das ideias.

Figura (6) - Fonte: Guia do Participante – ENEM (BRASIL, 2013, p. 21).

Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

200 pontos	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
160 pontos	Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
120 pontos	Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
80 pontos	Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto.
40 pontos	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
0 ponto	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

Figura (7) - Fonte: Guia do Participante – ENEM (BRASIL, 2013, p. 23).

Diante desses quadros, entendemos que quanto maior o nível de domínio e compreensão acerca das competências, maior será a nota final da redação do candidato. Nessa perspectiva, entendemos também que há um grau elevadíssimo de exigências segundo o modelo de avaliação implantado. Lembrando que a figura (4) – quadro que representa os seis níveis – está correlacionada apenas à primeira competência, na qual o candidato deverá demonstrar domínio da modalidade formal da Língua Portuguesa.

Com relação aos pontos, o nível seis representa duzentos (200) pontos; nível cinco, cento e sessenta (160) pontos; nível quatro, cento e vinte (120) pontos; nível três, oitenta (80) pontos; nível dois, quarenta (40) pontos e nível zero, zero (0) de pontuação. Assim ocorre consecutivamente com as demais competências (quadro da figura 3) podendo o candidato atingir no máximo mil pontos, ou seja, é a única prova em que o candidato poderá atingir essa pontuação.

Nessa direção, nos indagamos: será que o ENEM, enquanto política pública, é tão eficaz ao ponto de medir o conhecimento de cada sujeito-aluno? Essa questão tentaremos respondê-la no próximo item que versa sobre o ENEM como política pública e sua contribuição para o sistema educacional do Brasil.

2.3 O ENEM e sua contribuição para o sistema educacional do Brasil

Não há como negar que o Exame tem proporcionado várias mudanças no que tange à avaliação do ensino básico deste país. Por mais de dez anos este exame foi usado única e exclusivamente para avaliar as habilidades e competências de concluintes do Ensino Médio, no entanto, sem o objetivo de selecioná-los para o ensino superior. De outro lado, os exames de seleção, os concursos de vestibular ao ensino superior, eram formulados por equipes locais, em formatos diferentes e ocorriam nas diversas universidades. Da heterogeneidade entre os distintos concursos decorria certa diversidade cultural e de formação dos ingressantes ao ensino superior.

A partir de 2009, medidas governamentais estimularam o uso do ENEM não apenas como um processo de avaliação do Ensino Médio, mas como forma de acesso ao ensino superior no Brasil. O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) passou a operar em larga escala no processo de alocação dos candidatos às vagas.

Um dos aspectos positivos de um exame nacional e de um sistema como o Sisu é o favorecimento da mobilidade dos estudantes para instituições de ensino superior nos mais variados locais do país, possibilitando também que sujeitos oriundos de regiões menos desenvolvidas desloquem-se para outras mais desenvolvidas. Esta mobilidade é interessante não somente para a criação de lideranças em todos os estados da federação, mas igualmente para estabelecer um ambiente multicultural nas universidades.

Segundo o discurso oficial, a adoção do ENEM/Sisu contribuiu para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituição de Ensino

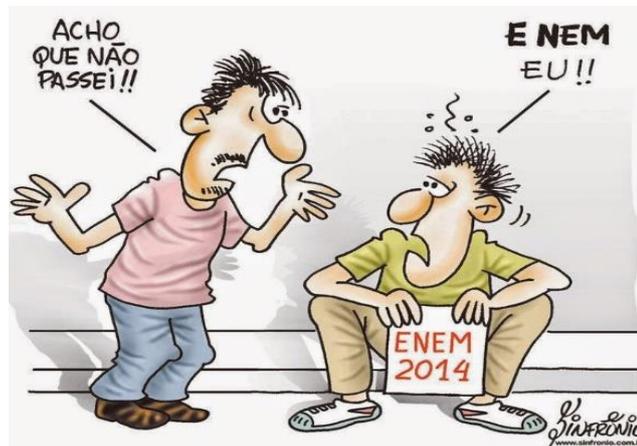
Superior (IES), favorecendo de fato a mobilidade acadêmica e induzindo a reestruturação dos currículos do Ensino Médio.

Todavia, a mobilidade resultante do uso de ENEM/Sisu ainda é baixa. Conforme os resultados apresentados pelo próprio INEP (2013), os dados de 2012 [3,4] demonstram que a mobilidade entre os estados é de somente 13,2%, consistindo, principalmente, de estudantes oriundos dos estados mais ricos (o PIB foi usado como principal indicador de riqueza). Os estados mais ricos da federação têm dominado significativamente a “exportação de alunos”, contribuindo majoritariamente para a mobilidade por intermédio da conquista de muitas vagas fora deles. Considerando-se a mobilidade apenas para os seis estados mais ricos do país (SP, RJ, MG, RS, PR e BA, em ordem decrescente de PIB), vê-se claramente que os estados mais ricos dominam amplamente esse tipo de movimento estudantil.

Deste modo, contrariamente ao que o governo afirma, os estados mais pobres não conseguem exportar seus alunos para os seis estados mais ricos do Brasil, sendo suas vagas ocupadas pelos estudantes oriundos desses mesmos estados mais ricos. Segundo os dados, os estudantes paulistas dominam amplamente esse tipo de mobilidade.

A seguir, trazemos uma charge que representa o drama vivido pela maioria dos candidatos que se submetem ao Exame todos os anos, e não conseguem ser aprovados.

Figura (8)



Fonte: Google Imagens/Charges do ENEM

Na figura (1) fica evidenciado, pelo diálogo entre os interlocutores da charge, o drama de milhões de jovens concluintes e/ou egressos do Ensino Médio que buscam ‘um lugar ao sol’, ou seja, o acesso ao ensino superior.

Os enunciados *Acho que não passei; E nem eu* se constituem como cena enunciativa que, conforme Guimarães (2005, p. 23), “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”; e que de certo modo representam os modos de dizer dos candidatos que não lograram êxito no ENEM. A charge humorística se inscreve num “espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (Idem). E essa distribuição de lugares se dá pela temporalização própria do acontecimento. Assim, o locutor-x representa o lugar social da personagem (P¹) que enuncia: *Acho que não passei* para o alocutário-x que representa o lugar social da personagem (P²) que diz: *E nem eu*.

Nessa direção, a expressão *E nem eu*, resposta do (P²), se caracteriza gramaticalmente como combinação⁸ dos dizeres *e + nem + eu* à sigla do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), rememorando os sentidos de exclusão, de negação, de reprovação no processo seletivo que dá acesso ao ensino superior.

Podemos dizer que há muito o que se melhorar nas políticas públicas do Brasil, começando pela desigualdade social, em que “muitos têm pouquíssimo e pouquíssimos têm muito”.

Nesse contexto, a tão propagada palavra *acesso* não é empregada no sentido de *acessibilidade, de entrada, de ingresso a*, pois para se ter acesso ao ensino superior é preciso passar pela peneira, pelo filtro das oportunidades e pelo crivo avaliativo das políticas educacionais tão desiguais, nas quais, oportunidades e conhecimento ainda são medidos pela posição social dos candidatos. E por mais que o ENEM tenha se renovado, se reinventado como o principal método de avaliação do Ensino Médio do Brasil, ele acaba redizendo o quão é difícil ter acesso ao ensino superior e a outras funções sociais que o mesmo exerce.

Na próxima seção estaremos delineando o quadro teórico e analisando enunciativamente os textos de Redação do ENEM/2013.

⁸ Segundo a Gramática Normativa, combinação é um caso especial de composição em que a nova unidade resulta da combinação de parte de cada um dos dois termos que entram na formação. Nesse caso em especial “juntou-se” as partículas *e + nem + eu* que resultou em *ENEM*.

OS PROCEDIMENTOS DE REESCRITURAÇÃO E ARTICULAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DE TEXTOS DE REDAÇÃO DO ENEM/2013

*Se os textos estão por todo lado em nossas vidas, nós os lemos,
nós os interpretamos de certo modo. No entanto, é preciso
pensar que esta relação com os textos exige, em muitos casos
um investimento particular para uma compreensão mais rica
daquilo que nele está significado, direta ou indiretamente.*

(Guimarães, 2012)

Na perspectiva de que a língua fala de algo afetada com o que lhe é exterior, propomos analisar neste capítulo, sob o viés da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães (2002; 2005), os procedimentos de reescrituração e articulação na construção de sentidos das redações de candidatos do ENEM/2013, verificando como esses sentidos se constituem na enunciação das Redações que aprovam os candidatos do ENEM, por considerar, como Guimarães (2010, p. 70), que “o sentido não é efeito da circunstância enunciativa, nem só da memória”, pois ele se dá no funcionamento da língua no acontecimento, constituído pelos “efeitos da memória e do presente do acontecimento”.

Dessa forma, pretendemos observar nos textos de Redação do ENEM/2013 formulados por sujeitos diversos como se dá o movimento dos sentidos entre palavras e/ou expressões, considerando a reescrituração como “o procedimento pelo qual a enunciação de texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (GUIMARÃES, 2007, p. 84); e a articulação como “as relações próprias das contiguidades locais. De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem” (idem, p. 87-88).

O *corpus* desta pesquisa é constituído de redações do ENEM/2013, que têm como temática proposta *Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil*. Na seleção das redações, extraídas do site *Uol Educação*⁹, notamos que só haviam redações com notas mínimas e notas máximas, ou seja, zero e mil, o que nos impossibilitaram de observar redações com outras notas. Desse modo, selecionamos dez redações nota mil, e escolhemos para análise cinco redações que, além de contemplarem a nossa expectativa, atendem a todas as exigências

⁹ Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/07/confira-exemplos-de-redacoes-nota-1000-do-enem-2013.htm>. Site do qual foram retiradas as Redações nota 1000. Acesso em: 27/07/2015.

referentes às cinco competências definidas pelo ENEM, de acordo com o *Guia do Estudante* (2013).

Tomamos os textos de redação para análise como recortes, por compreender como Guimarães (2012, p. 58-59) que “a interpretação do texto parte da análise de um recorte que leva à consideração de um movimento de sentidos no texto”. Desse modo, do ponto vista da análise enunciativa, Guimarães (idem, p. 58) reconfigura o conceito de recorte no campo dos estudos enunciativos ao dizer que

o recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação. Não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência.

Para o desenvolvimento das análises, vamos tomar os seguintes procedimentos teórico-metodológicos:

- 1) toma-se um recorte (dos textos redacionais) e produz-se uma descrição de seu funcionamento;
- 2) interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está integrado;
- 3) chega-se a, ou toma-se, outro recorte e faz-se dele uma descrição;
- 4) interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está integrado, tendo em vista a interpretação feita do primeiro recorte;
- 5) busca-se um novo recorte, etc., até que a compreensão produzida pelas análises se mostre suficiente para o objetivo específico da análise. (ibidem, 2012, p. 58).

Esta seção compreende dois momentos: no primeiro momento, apresentaremos alguns dos conceitos da Semântica do Acontecimento, como acontecimento, temporalidade, sentido, e os procedimentos de reescrituração e articulação, que serão mobilizados para as análises; e no segundo momento, as análises dos textos da Redação do ENEM/2013.

3.1 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Neste item, vamos apresentar alguns conceitos da obra intitulada *Os limites do sentido*, começando com a definição da Semântica Histórica da Enunciação, disciplina teórica “que se constitui no lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia”. (GUIMARÃES, 2010, p. 85). Por esse

viés, a língua funciona como algo que é exterior a si, constituída pelo simbólico, pois a linguagem “não se confunde com a situação em que seus segmentos ocorrem. Nada é signo se fica colado como etiqueta à situação ou a pessoas de situação”. (idem). Nessa perspectiva, fazer *Semântica Histórica da Enunciação* significa nos inscrevermos num lugar em que o sentido se produz na/pela enunciação, e o sentido das expressões linguísticas se constituem no acontecimento do dizer.

Guimarães (2005) se inscreve numa linha de filiações bem próximas a Benveniste (1970) e a Ducrot (1984), e mantém um diálogo com a Análise de Discurso de linha francesa fundada por Pêcheux (1969), na França, e por Orlandi (1983), no Brasil, mobilizando os conceitos de discurso e interdiscurso, ao dizer que o funcionamento da língua se dá perpassado pelo interdiscurso que se faz pela “relação de um discurso com outros discursos”. (GUIMARÃES, 2010 p. 66).

Considerando o enunciado como uma unidade discursiva e o funcionamento da língua como a relação de um discurso com outros discursos, de um enunciado com outros enunciados, Guimarães (2010, p. 70) define a enunciação como

um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento.

No livro *Semântica do Acontecimento*, Guimarães (2005) discorre sobre os conceitos que norteiam os seus estudos teóricos ao definir que “as expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam” (p. 5), ou seja, o autor postula que os sentidos das expressões linguísticas não se dão de forma referencialista e nem se apresentam a partir do conceito de verdade, e se coloca numa posição materialista, que não concebe a linguagem como transparente, “considerando que sua relação com o real é histórica”. (idem).

Guimarães (ibidem), nessa obra, ao redefinir a enunciação, introduz outros dois elementos, além da língua e do sujeito: a temporalidade e o real. Para o autor, a temporalidade se dá por um presente que rememora enunciações recortadas pelo passado, que se abre como latência de futuro; já o real, segundo o autor, “não se trata aqui do contexto, da situação tal como pensada na pragmática”, mas sim de “uma materialidade histórica do real”, pois, “não

se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e nem mundo vivido através do simbólico”. (idem, p. 11).

A seguir apresentaremos alguns dos conceitos da Semântica do Acontecimento que serão relevantes para nossa análise.

3.1.1 Acontecimento e temporalidade

Conforme Guimarães (2005), o *acontecimento* instala sua própria temporalidade, pois ele não se constitui como um fato no tempo, nem um fato novo diferente de outro ocorrido. Nesta medida, o acontecimento se diferencia na sua própria ordem porque temporaliza, ou seja, “ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo”. (idem, p. 11). No acontecimento do dizer não é o sujeito que temporaliza, mas sim o acontecimento. “O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento”. (ibidem).

Nessa perspectiva, não há como dissociar *acontecimento* de *temporalidade*, pois para Guimarães (2005, p. 12), a temporalidade do acontecimento

constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento da linguagem, não há enunciação.

Nessa perspectiva, o sujeito

não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica). (GUIMARÃES, 2005, p. 14).

Ao falarmos em memória de sentidos é preciso deixar claro que *memória discursiva* constitui o interdiscurso, e o *passado* do acontecimento remete ao memorável de enunciações recortado pela temporalização do acontecimento. Assim,

“o acontecimento em que se fala é, do meu ponto de vista, espaço de temporalização. Nesta medida o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como seu passado”. (idem, p. 15).

Vejamos no item que se segue como Guimarães (2005) caracteriza os espaços de enunciação e a cena enunciativa, conceitos fundamentais para se compreender o lugar do sujeito no funcionamento da língua exposta a outros dizíveis.

3.1.2 Os espaços de enunciação e a cena enunciativa

Os espaços de enunciação são constituídos, segundo Guimarães (2005, p. 18), por espaços de funcionamento de línguas, “que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”. Esses espaços são tomados por sujeitos (falantes) divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. Trata-se então, de um espaço político regulado de disputas pela palavra e pelas línguas. Dessa forma, a língua é atravessada pelo político, ou seja, ela é “normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos”. (idem). Nesta medida, “falar é assumir a palavra neste espaço dividido de línguas e falantes” (p. 22), ou seja, é uma disputa tomada como uma prática política.

A cena enunciativa, para Guimarães (idem, p. 23), se constitui “por construir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. Assim, a cena enunciativa se dá por uma deontologia¹⁰ específica de distribuição, ou seja, de um espaço particularizado constituindo os lugares de enunciação no acontecimento.

Conforme Guimarães (2005, p. 23), os lugares enunciativos são

configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer.

Nas cenas de enunciação temos as seguintes figuras: *Locutor*, *locutor-x* e *enunciador*. O Locutor (L maiúsculo) é o lugar que se realiza no próprio dizer como fonte deste dizer. Ou seja, “para o Locutor se representar como origem do que se enuncia, é preciso que ele não seja ele

¹⁰ A deontologia, segundo Guimarães (2005, p. 18), “organiza e distribui papéis” nos espaços de enunciação, caracterizados como um espaço político.

próprio, mas um lugar social de locutor” (idem, 24). Desse modo, o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social, e é a este locutor que chamamos de *locutor-x*, em que a variável *x* representa o lugar social de candidato à prova do ENEM.

Já os enunciadores são lugares de dizer e se apresentam em quatro tipos: enunciator-individual, aquele que está diante de uma enunciação que se dá como independente da história pela representação dessa individualidade a partir da qual se pode falar; enunciator-genérico, aquele que ao enunciar fala como outros indivíduos e os representa, pois a sua voz é como a voz de todos, isto é, como diz Guimarães (2005, p. 25), “um todos que se apresenta como diluído numa indefinição de fronteiras para o conjunto desse todos”; o enunciator-universal é um lugar de enunciação que diz sobre o mundo, que enuncia sob a condição do falso e do verdadeiro, como no funcionamento do discurso científico; e o enunciator-coletivo, que fala como membro de uma coletividade, um “nós” que enuncia.

3.1.3 A articulação e a reescrituração: procedimentos de deriva de sentidos

Ao examinarmos como são constituídos os dois procedimentos de deriva de sentidos, articulação e reescrituração, retomamos o conceito de texto que foi discutido na Seção I desta pesquisa. Para Guimarães (2012, p. 57-58), o texto é “uma unidade de sentido integrada por enunciados. Ou seja, um texto não é um conjunto de enunciados, nem é uma unidade composta de enunciados. [...] A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam”.

Partindo do pressuposto de que texto é uma unidade de sentido que integra enunciados por uma relação transversal, apresentaremos os conceitos dos dois procedimentos de deriva de sentidos: articulação e reescrituração.

Guimarães (2009, p. 51) define a articulação como “o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade”. Essas contiguidades linguísticas são constituídas por uma relação local entre elementos linguísticos, e mais precisamente por uma relação do Locutor (falante do espaço de enunciação).

Há três modos diferentes de articulação: por dependência, por coordenação e por incidência, que se configuram da seguinte forma:

Nas articulações de dependência e coordenação o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado, na articulação por incidência o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona sua enunciação com o enunciado. (idem).

Segundo Guimarães (2005, p. 28), a reescrituração “é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente”, isto é, ela se configura como um procedimento próprio da textualidade, “pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito”. Desse modo, para o autor (idem), “a textualidade e o sentido das expressões se constituem pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia”.

A reescrituração, como salienta Guimarães (2009, p. 53), se constitui como

uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração).

Há vários modos de reescrituração como salienta Guimarães (2009), e ela pode se dar por repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição”. (p. 54).

A seguir, passaremos às análises dos recortes das provas de Redação do ENEM/2013.

3.2 AS ANÁLISES

Inicialmente apresentamos a proposta de redação do ENEM/2013, que traz como tema **Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil**, uma questão social e jurídica sobre a implantação dessa legislação no Brasil, e que faz rememorar o alcoolismo ao volante de veículos, o flagrante e os atos infracionais imputados aos condutores de veículos que desrespeitam a Lei Seca, a partir de um conjunto de informações constituídas de linguagem verbal (textos extraídos de diferentes sites) e de linguagem não verbal (imagens de propaganda e da Lei Seca em números).

Figura (1)



PROPOSTA DE REDAÇÃO – ENEM – 2013

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada a uso de álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

(www.dprf.gov.br)



Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetivos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: dirigir ou chamar um táxi depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção dirigir virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causam do repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. (Adaptado)

Fonte: Propostas de redações do ENEM. Disponível em:

http://www.cpv.com.br/vestibulares/ENEM/proposta_redacao/Propostas%20de%20Redacao%20ENEM.pdf.

Acesso em: 27 jul. 2015.

Dentre os temas exigidos para a prova de Redação – de ordem social, científica, cultural ou política, podemos dizer que o tema da Redação do ENEM/2013 aborda uma questão ao mesmo tempo social, cultural, jurídica e econômica, por remeter a um conjunto de fatores que englobam o uso de bebidas alcoólicas ao volante.

Para ilustrar a temática da prova de Redação, trazemos as propagandas que contribuem para o uso de bebidas alcoólicas e que veiculam nos horários que atingem crianças, adolescentes e adultos, ainda que no final de cada uma delas enuncia-se a advertência *Se dirigir não beba*, e a Lei 11.705/2008, popularmente conhecida como **Lei Seca** (grifo nosso) faça *restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas*.

Desse modo, cabe ao Estado o papel de conscientizar e fiscalizar a população ao cumprimento da Lei 11.705/2008, conforme o artigo abaixo:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos da **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de estabelecer alcoolemia 0 (zero) e de impor penalidades mais severas para o condutor que dirigir sob a influência do álcool, e da **Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996**, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do **§ 4º do art. 220 da Constituição Federal**, para obrigar os estabelecimentos comerciais em que se vendem ou oferecem bebidas alcoólicas a estampar, no recinto, aviso de que constitui crime dirigir sob a influência de álcool. (BRASIL, 2008). (Grifos do autor)

A enunciação desse artigo expõe punições mais duras aos que infringem a **Lei Seca**, e modificam outras duas leis, a primeira que diz respeito ao Código de Trânsito Brasileiro (CONTRAN¹¹) e a última que faz menção às restrições ao uso e à propaganda de produtos relacionados ao tabaco, álcool, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

Trazemos a seguir algumas propagandas que proíbem a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos e aos condutores de veículos.

¹¹ Órgão responsável por estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito; coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades; criar Câmaras Temáticas; estabelecer e normatizar os procedimentos para a imposição, a arrecadação e a compensação das multas por infrações cometidas em unidade da Federação diferente da do licenciamento do veículo; etc. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11705.htm Acesso em: 29/10/2015.

Figura (2)



Fonte: <http://produto.mercadolivre.com.br>

Figura (3)

LEI SECA

Nem uma gota

TOLERÂNCIA PARA COMBINAÇÃO ENTRE ÁLCOOL E DIREÇÃO AGORA É ZERO. PUNIÇÕES PASSAM A SER MAIORES

<p>ANTES</p> <p>Tolerância de uma lata ou copo de cerveja (350 ml)</p> <p>SAPÔMETRO 0,1 miligramas de álcool por litro de ar soprado</p> <p>EXAME DE SANGUE 0,2 decigramas por litro de sangue</p> <p>MULTA RS 957,70</p>		<p>AGORA</p> <p>Tolerância zero</p> <p>SAPÔMETRO 0,05 miligramas de álcool por litro de ar soprado</p> <p>EXAME DE SANGUE 0 decigramas por litro de sangue</p> <p>MULTA RS 1.915,40</p>
--	--	--

Nova resolução publicada ontem pelo Contran estabelece tolerância zero em relação ao limite de álcool no organismo de motoristas. A partir de agora, qualquer quantidade de álcool resulta em multa. Os valores também foram reajustados. Para caracterizar crime de trânsito, permanece o limite anterior de 0,34 miligrama de álcool por litro de ar soprado. 4

Fonte: Imagem: <http://jatainews.blogspot.com.br>

Passaremos agora às análises dos textos redacionais do ENEM/2013.

Redação (1)

1 Iniquidade trânsito inequacional

2 Desde sua invenção, a bebida alcoólica fez parte da cultura de diversas civi-

3 lizações. Porém, com o surgimento do automóvel, esse e aquela não podem ser

4 variáveis de uma mesma equação. Nesse aspecto, a lei seca implantada no

5 Brasil reduziu consideravelmente o número de mortes por acidentes de trânsito.

6 Entretanto, o individualismo da sociedade e o sistema de transporte

7 dificultam um efeito definitivo.

8 A aplicação do código de trânsito encontra seu maior desafio no alto índi-

9 ce de transgressão. Isso ocorre devido à mentalidade individualista da maioria

10 das pessoas, já citada pelo filósofo John Locke, que acredita que as leis servem

11 para os outros mas não si. Além disso, a má qualidade educacional, princi-

12 palmente do ensino público, reduz o conhecimento acerca de cidadania e dos

13 direitos necessários para sua execução. Dessa forma, a quantidade de acidentes

14 mortais e as vítimas ainda é grande, assim como o número de mortes.

15 Ademais, o sistema de transporte no Brasil também dificulta a execução

16 da lei seca. Isso é consequência da baixa disponibilidade de ônibus, trem e

17 metrô durante a noite e madrugada, horário em que há maior consumo

18 de bebidas alcoólicas. Essa falta ocorre, principalmente, em bairros perifé-

19 ricos, cidades pequenas e médias. Além disso, a ausência de segurança distin-

20 cional e uso de armas. Assim, muitas pessoas optam por dirigir, colocando em

21 risco a vida delas e de outros.

22 Portanto, a lei seca é importante para a redução do número de aciden-

23 tes de trânsito. Porém, sua efetividade completa só ocorrerá com a mobiliza-

24 ção da sociedade. Sendo assim, é preciso que o governo atue com o currículo

25 de várias disciplinas como cidadania e segurança no trânsito, além de tornar

26 mais rígidas as punições pelas transgressões e aumentar o número de pontos

27 de fiscalização. Ademais, deve-se fazer uma reforma no sistema de trans-

28 porte público, aumentando o número de linhas nos horários noturnos e nas

29 cidades periféricas. Dessa forma, será possível reduzir o número de mortes

30 decorrentes do trânsito e chegar a uma sociedade mais individualista.

A enunciação da Redação (1) e das outras redações que serão analisadas nesta seção constituem-se em espaços de enunciação, ou seja, no espaço de funcionamento da língua, tomado por locutores-x representados por locutores-candidatos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. Dessa forma, as redações do ENEM/2013 se configuram como um espaço político regulado de disputas pela palavra e pelas línguas. A língua à qual nos referimos é a Língua Oficial (Língua Portuguesa formal, padrão), que é usada por aqueles que fazem ‘o bom uso’ dessa língua, ou seja, pelos candidatos que tiraram nota mil na Redação, significando que os candidatos que não alcançaram a média exigida ou que não fizeram o ‘bom uso’ da língua oficial, ficaram excluídos desse espaço de enunciação.

Da mesma forma vamos considerar os textos de Redação como cenas de assunção à palavra constituídas de um Locutor (L) representado pelo locutor-candidato (locutor-x), um lugar social legitimado pelas políticas do ENEM, ou seja, o locutor-x responsável pela escritura da Redação; e de dois Alocutários (AL), representados pelos alocutários-x, um lugar social dos corretores da redação legitimados também pelas políticas do ENEM. Como coloca Guimarães (2005, p. 23), “as cenas enunciativas são constituídas por “aquele que fala” ou “aquele a quem se fala” e não por pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo”.

Desse modo, o texto de Redação é um acontecimento de linguagem, tecido por várias enunciações, ou seja, por um conjunto de enunciações que remetem ao conjunto de Redações e das instruções que orientam o candidato (passado), projetando uma enunciação avaliativa das Redações (futuridade/novas enunciações).

Começamos a análise da Redação (1), a partir dos procedimentos de reescrituração e articulação, observando como o emprego desses procedimentos produz novos sentidos nas relações de textualidade que se constituem pelo texto.

Os pronomes anafóricos¹² *esse* e *aquela* (linha 3) reescreveram, respectivamente, por condensação as expressões *a bebida alcoólica* (linha 2) e *com o surgimento do automóvel* (linhas 3). Aqui os pronomes anafóricos condensam/reduzem as expressões de modo diferente. Encontramos outro exemplo de reescrituração por condensação representado pelo anafórico *isso* (linha 9) que reescreve o enunciado *A aplicação do código de trânsito encontra seu maior desafio no alto índice de transgressões* (linhas 8-9).

No enunciado [...] *o individualismo da sociedade e o sistema de transporte dificultam um efeito definitivo* (linhas 6-7), observamos o procedimento de articulação por coordenação, em que a

¹² São chamados de **pronomes anafóricos** aqueles que estabelecem uma referência dependente com um termo antecedente, é uma palavra herdada do grego “*anaphorá*” e do latim “*anaphora*”. Disponível em: <http://www.infoescola.com/portugues/anafora-e-catafora/>. Acesso em: 19 de fev. 2016.

conjunção coordenativa e “toma elementos de mesma natureza e os organizam como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). Outro procedimento de articulação por coordenação ocorre em [...] *a má qualidade educacional, principalmente do ensino público, reduz o conhecimento acerca de cidadania e dos direitos necessários para sua execução* (linhas 11-12).

Na expressão *filósofo John Locke* (linha 10) ocorre um procedimento de reescrituração apositiva, cujo funcionamento semântico do aposto se constitui por uma relação apositiva que

se sobrepõem dois aspectos: de um lado há a reescrituração apositiva que atribui o sentido de um termo sobre o outro, de outro lado tem-se uma articulação de pressuposição, que nos enunciados considerados se apresenta pela relação de contiguidade do aposto com o elemento que reescritura. (GUIMARÃES, 2012, p. 7).

Em relação à reescrituração apositiva do nome próprio, Guimarães (2012, p. 4) define o aposto ou a relação apositiva como “uma articulação de elementos de mesma natureza que não estão nem coordenados, nem subordinados”. Ou seja, para Guimarães (idem, p. 4) o que interessa saber é “como na relação apositiva se pode considerar como os elementos envolvidos na reescrituração significam e em que medida podem ser considerados como atribuindo sentido”.

É interessante observar nesse texto o emprego da expressão *Lei Seca no Brasil* (linha 4, 16, 22) no tema **Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil**, que reescritura por substituição e por repetição. A primeira significa “que uma expressão é retomada em outro ponto por outra expressão” (GUIMARÃES, 2007, p. 85), e a segunda, *Lei Seca* (linha 4) reescreve *Lei Seca* (linha 16) que é reescrita por *Lei Seca* (linha 22), pois a relação de reescrituração não estabelece uma igualdade. “Nesse caso a relação é não-reflexiva. Um aspecto importante a considerar aqui é o caso em que um elemento linguístico é reescrito por repetição”. (Idem, 2009, p. 53). Ou seja, *Lei Seca 1* significa diferentemente de *Lei Seca 2*, assim como de *Lei Seca 3*, em virtude de ser uma repetição. E é a diferença entre essas reescriturações que constitui o sentido da repetição.

Outro enunciado que se dá pelo mesmo procedimento de reescrituração por substituição é [...] *durante a noite e a madrugada, horário em que há maior consumo de bebidas alcoólicas* (linhas 17-18), no qual *horário* reescreve por substituição o enunciado *durante a noite e a madrugada*.

No enunciado [...] *é preciso que o governo **acrescente** ao currículo escolar disciplinas como cidadania e segurança no tráfego, **além de tornar** mais rígidas as punições e **aumentar** o número o número de postos de fiscalização* (linhas 24 a 27), temos a ocorrência de articulação por

enumeração, em que ocorre a proposição de três ações que o governo deverá adotar para a redução de acidentes no trânsito.

A Redação (1) se dá por enunciados integrados de forma transversal, pois aborda enunciados que se reportam a enunciações anteriores, a outros textos, ou seja, há no acontecimento desse texto redacional o dizer do outro.

Os procedimentos de deriva/produção de sentidos sustentados pela reescrituração e articulação movimentam os sentidos do texto da redação e constroem a tessitura linguística e semântica, por compreendermos que as expressões linguísticas nesse texto funcionam “de um lado, por uma relação do locutor com aquilo que ele fala, do locutor com o acontecimento (a redação) no qual ele fala aquilo que fala; e de outro lado, por uma relação entre os elementos linguísticos”. (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

Nessa medida, as expressões reescrituradas e articuladas constroem os sentidos do texto fazendo com que o texto se torne o construto do funcionamento da linguagem e da produção de sentidos pelo acontecimento da enunciação. Ou seja, “do ponto de vista semântico, podemos dizer que o funcionamento das expressões linguísticas são lugares de produção de sentido”. (idem).

Observamos que o texto da Redação (1) produzido pelo locutor-candidato atende a todos os aspectos exigidos pela prova de Redação do ENEM/2013, ou seja, texto do tipo dissertativo-argumentativo em prosa de cunho social, cultural, político e econômico, e as competências e habilidades da matriz de avaliação da Redação. Nesse sentido, a Redação (1) defende a tese que desde a implantação da **Lei Seca** reduziu-se consideravelmente o número de acidentes e mortes no trânsito, conforme os índices apontados na proposta de Redação do ENEM/2013.

Observamos, ainda, que o locutor-candidato emprega vários argumentos para fundamentar a sua tese, cujos efeitos de sentido da **Lei Seca** recaem sobre a intervenção social que diz respeito ao acréscimo no currículo de disciplinas como cidadania e segurança ao tráfego, e às punições mais rígidas para os que transgridam a **Lei Seca**. Além dessas intervenções, o texto ainda faz um apelo de se fazer uma reforma no sistema de transportes públicos e alerta que essas intervenções só terão efeito se a sociedade se conscientizar e ser menos individualista.

Há algo de particular nesse texto que nos chama a atenção, como por exemplo, o emprego da reescrituração para argumentar o ponto de vista do locutor-candidato. À medida que os argumentos são colocados, a reescrituração vai se dando pela substituição de uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra a qual se liga. Ao argumentar *Ademais, o sistema de transporte do Brasil dificulta a execução da Lei Seca*, o locutor-candidato o reescritura como *Isso é consequência da baixa disponibilidade de ônibus, trens e metrô [...]*, (linhas 15 a 17).

Enunciativamente, vamos considerar a formulação da redação no seu presente, a partir da retomada de uma sucessão de enunciados já ditos (as memórias), projetando novas interpretações, como por exemplo, os efeitos da Lei Seca: acrescentar no currículo do ensino disciplinas como cidadania e segurança no trânsito; tornar mais rígidas as punições aos transgressores; aumentar o número de postos de fiscalização; reformar o sistema de transporte público; aumentar o número dos transportes públicos nos horários noturnos e nas cidades periféricas. Esta futuridade constitui, a meu ver, novas temporalizações, novas enunciações.

Redação (2)

1	O volante, o leão do homem
2	Egípcio, irresponsabilidade e traços mais do que muramente vestigiais de irracionali-
3	dade: essas são as únicas explicações cabíveis para tentar justificar e que leva uma pes-
4	soa que consome bebida alcoólica a dirigir e pôr em risco a sua e tantas outras vidas. A
5	Lei Seca, que recentemente foi implantada no Brasil, tem o intuito de coibir a associação de álcool
6	e direção, e de reduzir o número de mortes causadas por essa associação. Apesar de já mostrar al-
7	guns resultados, a lei demanda maior fiscalização, pois, é preciso eliminar a habitual certeza de
8	impunidade que há no país.
9	Thomas Hobbes, filósofo inglês, dizia que o estado de natureza humano é um risco à rebe-
10	lância da própria espécie, e que instituições que regulamentem o comportamento e as
11	ações do homem são essenciais para evitar o caos e a extinção da humanidade. A Lei
12	Seca é uma dessas instituições. Mesmo cientes de que o álcool como droga neurodepressora
13	altera a capacidade de raciocínio, reflexo e de coordenação motora, muitos motoristas, por
14	comodidade e falta de responsabilidade, não demonstram o mínimo apuro ou zelo pela vida
15	quando decidem dirigir após terem consumido bebida alcoólica.
16	Apesar de já implantada a Lei Seca ainda não atingiu o seu potencial. É preciso que haja
17	um compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade para que os delitos dessa
18	lei sejam alcançados com maior eficácia. O Estado precisa destinar mais verbas à fiscalização,
19	colocar mais policiais equipados com ultravioletas nas vias para que os transgressores da lei se-
20	jam devidamente punidos. Também fazem-se necessárias intervenções em palácios públi-
21	cos que mostram a realidade e o sofrimento de famílias que perderam entes em acidentes rela-
22	cionados ao uso de álcool, e os sobreviventes cujas regras trouxeram dificuldades crônicas
23	para suas vidas. A Educação no Trânsito deveria ser inserida na grade curricular obli-
24	gatória das escolas para que crianças e adolescentes tenham contato e consciência das res-
25	ponsabilidades as quais é preciso ter como motorista, passageiro, ciclista ou pedestre.
26	Como dizia Hobbes, "o homem é o leão do homem". Portanto, a Lei Seca é um
27	mecanismo essencial para que o homem não se torne, ao mesmo tempo, predador
28	e presa de sua própria espécie.
29	
30	

O título da Redação (2) formulado pelo locutor-candidato *O volante, o lobo do homem* rememora o dizer do filósofo inglês Thomas Hobbes sobre a definição dada ao homem: “o homem é o lobo homem”, que significa que “o homem é o maior inimigo do próprio homem”. Esta afirmação metaforiza o homem como um animal selvagem capaz de grandes atrocidades e barbaridades contra elementos da sua própria espécie.

A autoria da frase “o homem é o lobo homem” é atribuída ao dramaturgo romano Tito Mácio Plauto e faz parte de uma das suas peças. Seus trabalhos foram também fonte de inspiração para muitos renomados escritores, tais como Shakespeare, Molière e outros. Não era filósofo, nem moralista, nem psicólogo, mas criou tipos que são imitados por literatos de sua época e da atualidade.

No entanto, esta frase ficou mais conhecida por estar incluída na obra intitulada *Leviatã*, de autoria de Thomas Hobbes, que foi publicada em 1651, e rememora os dizeres já ditos por Plauto. Neste livro, Thomas Hobbes argumenta que a paz civil e união social só podem ser alcançadas quando é estabelecido um contrato social com um poder centralizado que tem autoridade absoluta para proteger a sociedade, criando paz e uma comunidade civilizada. Em relação ao título da redação, é possível dizer que o Homem tem grande potencial para o bem, mas também para o mal, especificamente quando procura apenas os seus próprios interesses, não se importando com o seu próximo.

Nas análises que seguem, o texto da Redação (02) constitui um acontecimento de linguagem que se dá num espaço de temporalização, ou seja, “o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado” (idem, p. 15).

Nesse sentido, vamos analisar o título da Redação (02), nos pautando nos estudos desenvolvidos por Guimarães (idem).

No título da Redação em estudo, temos um procedimento de reescrituração apositiva que se dá por equivalência no enunciado:

(1) O volante, o lobo do homem

Este enunciado nos remete a dizer que *o lobo do homem* predica *O volante*. Neste caso, podemos dizer que há um procedimento de reescrituração apositiva, ou seja, que faz significar também algo que se pode parafrasear por:

(2) O volante é o lobo do homem

Em (2) podemos dizer o que se estabelece é que há uma igualdade entre aquilo que se diz por *O volante* e por *o lobo do homem*. Segundo Guimarães (2014, p. 37), “esta igualdade para nós pode ser pensada a partir de uma história enunciativa”. Ou seja, o enunciado pode ser parafraseado por:

(3) O lobo do homem é o volante

Desse modo, consideramos que (3) diz algo que se reporta a (2) e significa algo como o que se diz em *O volante é o lobo do homem*. Pois, a história enunciativa remete ao que diz Hobbes (filósofo inglês), *o homem é o lobo do homem* (linha 26), ou seja, esta predicação funciona como alerta para a população de que [...] *a Lei Seca é um mecanismo essencial para que o homem não se torne, ao mesmo tempo, predador e presa de sua própria espécie* (linhas 26-27-28). Assim, podemos dizer que (1) reescritura (2) que se constituiu da reescrituração que se fez significar por um memorável do enunciado *o homem é o lobo do homem*. Ou seja, o homem é colocado na posição de predador e presa ao mesmo tempo.

No enunciado *Egoísmo, irresponsabilidade e traços mais do que meramente vestígios de irracionalidade: essas são as únicas explicações [...]* (linhas 2-3), há dois procedimentos: reescrituração por condensação e articulação por coordenação. No primeiro caso, a reescrituração se constitui por condensação, pois o dêitico *essas* condensa/reduz todo o enunciado anterior *Egoísmo, irresponsabilidade e traços mais do que meramente vestígios de irracionalidade*. Já no segundo, a articulação de coordenação se dá quando a conjunção coordenativa *e* toma os elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza. Essa articulação por coordenação pode ser vista nos seguintes exemplos:

- a) [...] *o que leva uma pessoa que consome bebida alcoólica a dirigir e pôr em risco a sua e tantas outras vidas*. (linhas 3-4);
- b) [...] *o comportamento e as ações do homem são essenciais para evitar o caos e a extinção da humanidade*. (linhas 10-11);

- c) [...] *muitos motoristas por comodidade e falta de responsabilidade* [...] (linhas 13-14);
- d) [...] *Estado e sociedade* [...] (linha 17);
- e) [...] *mostrem a realidade e o sofrimento de famílias* [...] (linha 21);
- f) [...] *crianças e adolescentes tenham contato e consciência das responsabilidades* [...] (linhas 24-25);
- g) [...] *predador e presa de sua própria espécie*. (linhas 27-28).

A expressão *Thomas Hobbes, filósofo inglês* [...] (linha 9) incide na reescrituração apositiva, na qual o “funcionamento do nome próprio, dada a especificidade da relação com a enunciação que nomeia, traz uma diferença em relação ao nome comum”. (GUIMARÃES, 2012, p. 6). Ou seja, não estamos falando de qualquer filósofo, mas do filósofo inglês, cujo nome é Thomas Hobbes.

Notamos que no enunciado *O Estado precisa destinar mais verbas à fiscalização, colocar mais policiais equipados com etilômetros nas vias para que os transgressores da lei sejam devidamente punidos. Também fazem-se necessários investimentos em palestras públicas que mostrem a realidade e o sofrimento de famílias* [...] (linhas 18-19-20-21), há articulação por enumeração. Conforme Guimarães (2009, p. 58), esse procedimento “aparece só como um modo de articular os elementos de uma narrativa, adicionando, por coordenação, uma ação a outra”. Nessa medida, ocorre a proposição de cinco ações para o governo adotar e pôr fim aos problemas causados por aqueles que insistem em infringir a Lei Seca.

Outro procedimento que ocorre nesse enunciado é a reescrituração por elipse, em que o sujeito *O Estado* é omitido em *colocar mais policiais equipados com etilômetros nas vias para que* [...]. Nesse caso, não há substituição e nem mesmo repetição do sujeito, mas omissão do sujeito do enunciado subsequente.

No enunciado *A Lei Seca é uma dessas instituições* (linhas 11-12) ocorre reescrituração por definição que se caracteriza “como um modo de definir o termo” (GUIMARÃES, 2007, p. 86), ou seja, o termo *Lei Seca* é definido como *uma dessas instituições*. Outro enunciado que segue esse mesmo procedimento é [...] *a Lei Seca é um mecanismo essencial para que o homem não se torne, ao mesmo tempo, predador e presa de sua própria espécie* (linhas 26-27). Nesse enunciado, o termo *Lei Seca* é definido como *um mecanismo*, definição que atribui outros sentidos à Lei Seca.

Observamos que a expressão *Lei Seca* (linhas 5-11-12-16-26) inscrita no tema proposto da Redação se dá tanto por substituição quanto por repetição ao longo do texto. A reescrituração por repetição, conforme Guimarães (Idem, p. 85), “pode ser completa”: *Lei Seca* retomada por *Lei Seca*; ou “pode ser por redução”: *Lei Seca* retomada por *a lei* (linha 7), *dessa lei* (linhas 17-18) e *da lei* (linha 19). Essa relação de reescrituração por repetição é concebida como sinonímia.

Outras expressões que estabelecem essa mesma relação de reescrituração por sinonímia são: *bebida alcoólica* (linha 4), que reescritura *associação de álcool* (linha 5), que reescritura *bebida alcoólica* (linha 15) e, por fim, reescritura *uso de álcool* (linha 22), formando uma cadeia parafrástica.

Na expressão *o sofrimento de famílias* (linha 21) há articulação por dependência que “se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui no conjunto um só elemento”. (GUIMARÃES, 2009, p. 51). Ou seja, essa relação se dá entre *o* e *de família* que se vinculam a *sofrimento* constituindo uma única unidade.

Assim como no texto da Redação (1), o texto da Redação (2) também se constitui de uma unidade de sentidos que integram enunciados transversalmente. Isso fica evidenciado nos procedimentos de deriva que constroem sentidos para o texto, seja através da articulação, em que as relações linguísticas constituem sentidos e a reescrituração faz ressignificar os sentidos anteriormente postos.

As relações de sentido analisadas na Redação (2), sob o viés da Semântica do Acontecimento, são determinadas sócio-historicamente, ou seja, essas relações se constituem pela transversalidade que integram os sentidos, que insistem em redizer o que foi dito. Entretanto, se analisarmos o texto da Redação (2) sob a perspectiva avaliativa do ENEM/2013, podemos dizer que o texto contempla os requisitos e parâmetros pela nota mil obtida e traz uma reflexão bem fundamentada (tese) e sustenta os argumentos que estão correlacionados ao tema proposto pela Redação.

Além de alertar sobre os riscos causados pela negligência de quem ingere bebida alcoólica e conduz veículos, o texto traz várias intervenções para a melhoria da sociedade, respeitando os direitos humanos, que funcionam como futuridade da enunciação do texto redacional. Ou seja, *a educação no trânsito deveria ser inserida na grade curricular obrigatória das escolas para que crianças e adolescentes tenham contato e consciência das responsabilidades as quais é preciso ter como motorista, passageiros, ciclista ou pedestre*. (linhas 23-24-25).

Queremos destacar que as articulações no funcionamento nos textos das redações funcionam como concordância, colocação pronominal, etc. Estes são elementos próprios das

articulações, e dizem respeito à questão da diversidade da língua portuguesa no Brasil no espaço de enunciação específico.

Redação (3)

1	Lei Seca: Efeito na mente para um efeito nas ruas
2	Há não muito tempo foi proposta e então aprovada a legislação que proíbe moto-
3	ristas de dirigir com qualquer nível de álcool no sangue. Policiais foram munidos de lapô-
4	metros, avisos publicitários alardearam, assim como ainda o fazem, a respeito da nova
5	lei e da necessidade de uma massiva tomada de consciência. Uma enorme maximiza-
6	ção voltada para a concretização de resultados concretos.
7	Muito se estuda os efeitos da implantação da Lei Seca. Dados oriundos de to-
8	do o território nacional são organizados em gráficos e uma rápida análise já confirma
9	os efeitos imediatos e positivos da nova legislação: diminuição do número de aciden-
10	tes automobilísticos, assim como de mortes causadas por eles. É preciso analisar, no en-
11	tanto, se as possibilidades delineadas pelo projeto de lei estão sendo aproveitadas no
12	seu maior potencial. Apesar da queda dos números, ainda muitas tragédias insistem
13	em acontecer, ocasionadas pela destrutiva união do álcool com a direção.
14	Se a lei está em vigor, o punimento é severo, porém o problema não foi
15	eradicação, a execução desse projeto possui lacunas. Pesquisas de opinião apontam
16	que prevalece uma acitação próxima a cem por cento, acerca da Lei Seca. Obvio-
17	mente há uma disparidade entre a teoria e a prática. Isso está relacionado ao ego-
18	centrismo humano. No fundo, não vemos problemas em ter certas regras quebradas
19	por nós, mas elas devem valer para os outros. Isso causa enorme caos justamente por
20	ser uma tendência e não uma exceção de ponto de vista. Uma pessoa desobedece aqui,
21	outra, ali, e o trânsito vai se enchendo de motoristas alcoolizados. Entra, nesse mo-
22	mento um segundo problema: a carência de uma fiscalização eficiente.
23	Somados, o descumprimento individual da Lei Seca e o falho sistema
24	de fiscalização impedem uma maximização de resultados. Para os efeitos espe-
25	rados serem vistos na realidade é necessário corrigir essas duas lacunas maiores.
26	O número de aparelhos etilômetros, assim como o número de policiais nas ruas,
27	principalmente em pontos estratégicos deve aumentar. E para os efeitos físicos serem
28	sentidos, deve haver também uma ampliação no efeito moral que a lei trouxe.
29	É preciso começar a agir como se espera que "todos" agam. Se isso fizer efeito nas
30	mentes, a Lei Seca fará efeito nas ruas.

O enunciado que intitula a Redação (3) *Lei Seca: Efeito na mente para um efeito nas ruas* nos remete a dois procedimentos de deriva: o primeiro reescritura por substituição o tema **Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil**; o segundo procedimento se dá por reescrituração apositiva que explica o termo antecedente, o seu pressuposto, em *Lei Seca: Efeito na mente para um efeito nas ruas*.

Conforme Guimarães (2012, p. 2), “a reescrituração apositiva se apresenta enunciativamente de modo distinto do elemento reescriturado. Poderíamos dizer que a reescrituração apositiva aparece em algo dito como pressuposto, diferentemente do reescriturado”. Desse modo, essa relação apositiva se dá porque o título *Efeito na mente para um efeito nas ruas* predica/explica o termo anterior *Lei Seca*. Então, podemos parafrasear o enunciado como:

(1) Lei Seca produz efeito na mente para um efeito nas ruas.

Nas expressões *a legislação* (linha 2), *nova lei* (linhas 4-5), *nova legislação* (linha 9), *a lei* (linha 14-28) e *Lei Seca* (linha 7-16-23-30), ocorrem o que podemos dizer de procedimentos de reescrituração por substituição que se constituem por relação sinonímica, ou seja, “neste caso a reescrituração apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra à qual se liga” (GUIMARÃES, 2007, p. 87).

Nesse sentido, a reescrituração por sinonímia predica algo de um termo sobre o outro, que se dá pelo próprio movimento polissêmico da reescritura. E essas reescriturações estão ligadas pelo mesmo campo semântico que ao longo do texto faz significar como algo de mesmo sentido.

No enunciado *Policiais foram munidos de bafômetros* (linhas 3-4) ocorre o procedimento de articulação que “diz respeito às relações próprias das contiguidades locais. De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem”. (Idem, p. 87-88). Dito de outra maneira, a relação estabelecida no enunciado se dá por dependência motivada pelo agente passivador, de tal modo que a preposição **de** articula entre as unidades *munidos* e *bafômetros* que são adjetivo e substantivo, respectivamente, fazendo a relação de dependência entre as unidades. E essas unidades se constituem pela relação dada pelo agente da passiva.

Em *Obviamente há uma disparidade entre a teoria e a prática. Isso está relacionado ao egocentrismo humano* (linhas 16-17-18), temos o procedimento de reescrituração por condensação, no qual o dêitico **isso** condensa a narrativa do período anterior. Nessa perspectiva, a narrativa em questão pode ser articulada a *está relacionando ao egocentrismo humano*.

Outro enunciado que apresenta a mesma proposição do enunciado anterior é [...] *não vemos problemas em ter certas regras quebradas por nós, mas elas devem valer para os outros. Isso causa enorme caos* [...] (linhas 18-19). Ou seja, o dêitico **isso** condensa o enunciado anterior.

Nesse mesmo enunciado temos o operador argumentativo **mas** que produz um argumento contrário ao que se apresenta no enunciado anterior. Nesse caso, conforme Guimarães (2009, p. 52), temos “um marcador de uma operação argumentativa (enunciativa do Locutor). Continuando, diz o autor (Idem), “podemos ver que o **mas** incide sobre a dupla de enunciados coordenados” (Grifo do autor).

No enunciado *Uma pessoa desobedece aqui, outra, ali, e o trânsito vai se enchedo de motoristas alcoolizados* (linhas 20-21) ocorre o procedimento de articulação coordenada, em que a conjunção coordenativa **e** estabelece igualdade entre os elementos de mesma natureza, as orações. Ou seja, “a articulação por coordenação se apresenta por um processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade”. (Idem, p. 51).

Como já dissemos, os textos redacionais do ENEM/2013 que escolhemos para análise se constituem em uma unidade de sentidos que integram os enunciados de forma transversal. Ou seja, a Redação (3) se dá por essa relação de sentidos que rememora outras enunciações já ditas.

Notamos que o texto se organiza com argumentos que fundamentam a proposição e apresenta possíveis ações (intervenções sociais) para resolver ou amenizar os problemas causados pelos condutores de veículos alcoolizados. Essas possíveis ações/intervenções se configuram com o que chamamos de futuridade, que incide numa nova temporalidade no acontecimento do dizer, e essa relação só é possível porque o acontecimento temporaliza.

Redação (4)

1 Desde quando entrou em vigor a chamada Lei Seca, o Brasil conseguiu
 2 benefícios. Até então vivia-se um crescente número de acidentes e mortes no
 3 trânsito a cada ano e, ao tomar essa medida, o Governo Federal soube
 4 desacelerar esse crescimento e trazer mais segurança às estradas. No en-
 5 tanto, é pertinente que outras ações também sejam feitas.

6 O Brasil é um país caracterizado por suas festas, e estas são regadas,
 7 muitas vezes, por bebida alcoólica, o que gera más consequências. O carnaval,
 8 por exemplo, é uma comemoração em que a maioria das pessoas entrega-se
 9 ao álcool e desrespeita as leis de trânsito, dirigindo sob o efeito dele. É
 10 comum, então, que o número de acidentes durante esse período seja maior.
 11 Por isso, o surgimento da Lei Seca foi fundamental para que os foliões pu-
 12 dessem aproveitar esses dias com mais consciência.

13 Aliada a esse fato está a questão dos jovens que, além de estarem sob
 14 o efeito de bebidas proibidas para sua idade, dirigem sem habilitação. Por
 15 falta de responsabilidade de muitos pais essa irregularidade é frequente,
 16 o que põe em risco a vida de milhares de pessoas. Sendo assim, a fiscaliza-
 17 ção tanto da Polícia Rodoviária Federal quanto dos demais agentes de trânsi-
 18 to é essencial. Porém, é preciso união entre população e Estado para solu-
 19 çionar definitivamente os problemas relacionados à combinação: álcool e
 20 direção.

21 Medidas de conscientização da população e fiscalização firme do Go-
 22 verno são a base para resolver essa problemática. É necessário que as es-
 23 colar brasileiras adotem o modelo proposto pelo pedagogo Paulo Freire de uma
 24 educação politizadora, formando indivíduos críticos e conscientes quanto à vi-
 25 da em sociedade, seus direitos e deveres, para que as pessoas possam seguir
 26 as leis correntemente desde cedo. Acuse a isso a proibição de propagandas de
 27 bebidas alcoólicas nas mídias, à medida que se investe em outras que pro-
 28 curem evitar o seu consumo. E, por fim, maiores investimentos estatais pa-
 29 ra a fiscalização da aplicação da Lei Seca.

30

Na Redação (4), ressaltamos a ausência do título, um quesito dispensável conforme o *Guia do Participante* (2013). Em relação aos procedimentos de reescrituração, o primeiro parágrafo (linhas 1 a 5) do texto redacional reescreve por expansão o tema proposto pela Redação do ENEM/2013 **Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil**. Segundo Guimarães (2009, p. 55), “o primeiro parágrafo do texto é uma reescritura por expansão” do tema, fazendo com que todo o primeiro parágrafo do texto aqui retomado seja um modo de ampliar o que está dito na expressão nominal do tema proposto pela Redação.

No enunciado [...] *o Brasil conseguiu benefícios. Até então vivia-se um crescente número de acidentes e mortes no trânsito a cada ano* (linhas 1-2-3) ocorre um procedimento de articulação por incidência. Conforme Guimarães (2009, p. 51), “a incidência é uma relação entre um elemento e outro sem uma relação de dependência estabelecida”. Ou seja, *até sobre crescente número de acidentes e mortes* se dá pela relação argumentativa a favor do que se apresenta no segundo enunciado de (1) *o Brasil conseguiu benefícios*. Nesse sentido, “podemos dizer que se trata de uma orientação argumentativa que é significada pelo primeiro enunciado”. (idem, p. 52).

No enunciado *O Brasil é um país caracterizado por suas festas* [...] (linha 6) há um procedimento de reescrituração por definição, em que a relação de sentido se faz ao definir o termo anterior, no caso, *o Brasil* é definido como *um país caracterizado por suas festas*. Outros exemplos que se valem da mesma relação de sentido são os seguintes:

- a) *o carnaval, por exemplo, é uma comemoração em que a maioria das pessoas entrega-se ao álcool* [...] (linhas 7-8);
- b) *e medidas de conscientização da população e fiscalização ferrenha do governo são a base para resolver essa problemática* (linhas 21-22).

No enunciado que segue verificamos uma marca argumentativa: [...] *que o número de acidentes durante esse período seja maior. Por isso, o surgimento da Lei Seca* [...] (linhas 10-11), que se constitui pelo procedimento de articulação coordenativa com efeito de conclusão. Pois o operador argumentativo **por isso** é o termo que liga uma oração à outra, no qual, o locutor-candidato se vale para produzir um efeito argumentativo de conclusão.

O enunciado [...] *os jovens que, além de estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas proibidas para sua idade, dirigem sem habilitação* (linhas 13-14) é reescrito por condensação pela expressão *essa irregularidade* (linha 15). A expressão *essa irregularidade* condensa toda a

narrativa feita antes, atribuindo-lhe um novo sentido. Outro procedimento que observamos nesse enunciado é uma reescrituração por elipse em que o sujeito desse enunciado *os jovens* é omitido do enunciado *sem habitação*. Nesse caso não houve uma repetição e nem mesmo uma substituição, mas sim uma omissão do sujeito.

Nas expressões *Polícia Rodoviária Federal* (linha 17) e *pedagogo Paulo Freire* (linha 23) temos o mesmo procedimento de reescrituração apositiva. A primeira expressão se constitui da relação de sentidos dada por reescrituração apositiva, que especifica a que tipo de polícia se faz referência, no caso, a *Rodoviária Federal*. A segunda expressão também é uma reescrituração apositiva, mas com uma diferença, ela se dá pelo funcionamento do nome próprio, fruto da especificidade da relação com a enunciação que nomeia, na qual traz uma diferença em relação ao nome comum.

É interessante observar como esses sentidos se estabelecem em cada texto. Assim como as outras redações, a Redação (4) traz outros tipos de reescritura e articulação já analisadas nos textos anteriores. No entanto, o que muda é a maneira como cada locutor-candidato se inscreve na enunciação do texto redacional que tem uma determinação social e histórica e que projeta na temporalidade presente, as possíveis intervenções (futuridade) ao tema proposto pela Redação do ENEM/2013.

Redação (5)

1 A interação entre o álcool e a direção afeta o bem-estar da sociedade
 2 brasileira. Segundo Thomas Hobbes, o Estado surgiu para regular o caos
 3 gerado pelos desamparamentos humanos. A partir dessa análise, a Lei
 4 Deca cumpre a sua função de beneficiar a organização coletiva.
 5 De acordo com a pesquisa de uma universidade americana, o
 6 consumo de uma lata de cerveja é suficiente para reduzir a aten-
 7 ção e a autonomia do sistema motor do indivíduo. Dessa forma, os
 8 acidentes no trânsito se multiplicam e cessam muitos vidas. Com a
 9 lei de tolerância zero para o motorista alcoolizado, o número de infra-
 10 ções começa a diminuir. Logo, os brasileiros se tornam personagens
 11 principais no processo de multiplicação da paz ao volante.
 12 Diante disso, a maneira de pensar e de agir em relação a essa
 13 lamigerada dupla — bebida e direção — é modificada a partir da
 14 conscientização. Na noite das principais cidades do país, é cada vez mais
 15 comum a presença de cooperativas de taxistas unidos aos bares e
 16 às casas noturnas para melhor atender os frequentadores. Por sua
 17 vez, a cidade de Porto Alegre já dispõe de uma linha de ônibus exclu-
 18 siva durante a madrugada para facilitar o deslocamento dos mo-
 19 radores que saem para a balada. Assim, comprova-se a impor-
 20 tância da Lei Deca estar associada a alternativas para a mo-
 21 bilidade.
 22 Dessa maneira, para reforçar os efeitos da lei, o governo
 23 deveria mobilizar a incorporação nos veículos de sensores que
 24 impedem o condutor alcoolizado de dirigir — tecnologia que já
 25 existe na Europa. Com o apoio do capital privado, o poder público re-
 26 duziria os impostos e facilitaria o acesso do produto para os
 27 motoristas. Tornando obrigatória a presença desses detectores, o Es-
 28 tado promoveria uma grande campanha publicitária para
 29 conscientizar ainda mais a sociedade. Somente assim cons-
 30 truiríamos um Brasil com um trânsito mais seguro a todos.

O texto da Redação (5) também se configura como a Redação (4) por não ser intitulada. Assim, podemos dizer que o primeiro parágrafo rememora o que diz o filósofo inglês Thomas Hobbes sobre o papel do Estado na regularização dos agrupamentos humanos.

No enunciado [...] *uma lata de cerveja é suficiente* [...] (linha 6), a articulação se dá pela relação de dependência e operação de predicação. A preposição **de** articula entre as unidades *uma lata* e *cerveja* uma relação de dependência. Temos ainda nesse enunciado uma relação de predicação, que incide em dizer que a unidade *suficiente* predica *uma lata de cerveja*. Outro exemplo em que ocorre a mesma relação de articulação por dependência é a expressão *a cidade de Porto Alegre* (linha 17). A relação é tal que *a* e *de Porto Alegre* se vinculam à *cidade* constituindo uma única unidade.

A expressão [...] *lei de tolerância zero* [...] (linha 9) reescritura por substituição a expressão *Lei Seca*. Essa relação sinonímica se apresenta como uma palavra ou expressão que contém o mesmo sentido que a outra à qual se liga. Outro exemplo que se vale dessa mesma constituição é a substituição da expressão *sensores* (linha 23) por *detectores* (linha 27). Essa relação de sentido também é determinada por sinonímia.

Na expressão [...] *famigerada dupla – bebida e direção* [...] (linha 13) ocorre um procedimento de reescrituração apositiva, na qual, a expressão *bebida e direção* é constituída pela pressuposição do termo antecedente *lamigerada dupla*.

A expressão *sensores* (linha 23) é reescriturada por substituição de expansão pelo enunciado [...] *tecnologia que já existe na Europa* (linhas 24-25).

As expressões *deveria viabilizar* (linha 23), *reduziria – facilitaria* (linha 26) e *promoveria* (linha 28) significam, no acontecimento desses dizeres, a projeção de novas temporalidades. Essas expressões mencionadas pelo locutor-candidato rememoram outras enunciações já ditas a respeito da Lei Seca e nos leva a refletir sobre um aspecto fundamental na teoria de Guimarães que é a temporalidade. A temporalidade se dá no acontecimento do dizer, ou seja, é o acontecimento que temporaliza, constituindo sempre uma nova “temporalidade em que o passado não é um antes, mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro” (idem, 2005, p. 14). É nesse sentido que as ações (efeitos da lei) projetam a futuridade, ou seja, um novo acontecimento.

Assim como as demais redações, a Redação (5) se dá no acontecimento do dizer, que temporaliza e constitui sempre uma nova temporalidade. Entendemos que essa relação só é possível quando um texto redacional for concebido como uma unidade de sentidos que

integra enunciados de maneira transversal, em que os sentidos se instalam nessa transversalidade perpassados pelo memorável, no qual enunciações presentes rememoram outras enunciações, fazendo com que os textos falem de outros textos.

Na proposta de Redação do ENEM/2013 pede-se a formulação de um texto dissertativo-argumentativo, baseado nos conhecimentos construídos ao longo da formação do candidato, na modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, e que apresente proposta de intervenção que respeite os direitos humanos, pedindo ainda que selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Para além dessas instruções, a formulação dos textos de Redação, conforme o campo teórico da Semântica do Acontecimento, é um acontecimento de linguagem, no qual o locutor-candidato ocupa um determinado lugar social no espaço de enunciação, e ainda é constituído de dois funcionamentos próprios do acontecimento do texto que produzem sentidos: a reescrituração e a articulação.

O funcionamento da temática da Redação sustenta os argumentos de que os “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil” são múltiplos, dada a determinação sócio-histórica específica de cada texto e do lugar social de cada locutor-candidato, produzindo a possibilidade de novas enunciações, que aparecem no texto sob a forma de efeitos de sentidos (intervenção social). Como em todo texto, a reescrituração faz rememorar o já dito pelos diversos processos de substituição, produzindo outros sentidos; enquanto as várias modalidades de articulação constroem as contiguidades entre palavras e/ou expressões que circulam no texto. A relação entre esses dois procedimentos é que vai dar a liga semântica e linguística para que um texto seja um texto, ou seja, para que um texto tenha textualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo da significação, que faz dos textos o que são, é o que produz o envolvimento que nos transporta, que nos transforma, mesmo que este universo, na tranquilidade do cotidiano, pareça não fazer parte de nossas vidas, e que descobrimos que faz.

(Guimarães, 2012)

No início deste trabalho apresentamos alguns questionamentos sobre “o que é texto” – O texto é uma palavra, uma expressão, uma frase?; O texto poderia ser uma foto, um símbolo?; O texto precisa ter início, meio e fim?; O texto tem que ser verbal e escrito?; ou O texto é algo que “todos sabem” e por que, então, procuramos saber o que é texto? – que nos levaram a fazer um percurso conceitual sobre texto à luz das teorias: Linguística Textual (HALLIDAY e HASSAN, 1976; HALLIDAY, 1998), da Análise de Discurso (ORLANDI, 1992; 2006; 2008) e da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2005; 2012).

Feito esse percurso, compreendemos que a concepção de texto é construída conforme o lugar teórico daqueles que o formulam. Ao contrário do que pensávamos, o texto se realiza/concretiza na prática de linguagem ou na atividade discursiva produzida por sujeitos diversos, nos acontecimentos do dizer em que se inscrevem.

Observamos que na Linguística Textual o texto é constituído como uma unidade formal, visto *como qualquer passagem oral ou escrita, tomada como uma unidade, não importando a extensão*, formulado a partir dos fatores linguísticos e fatores extralinguísticos.

Para a Análise de Discurso, o texto é visto como a concretização do discurso e como um elemento que se apresenta tal qual uma peça dentro do conjunto de enunciados que constituem a atividade discursiva. Nessa acepção o texto é concebido como “uma unidade da análise de discurso” (ORLANDI, 2008, p. 64), pela relação que estabelece com outros textos.

A Semântica do Acontecimento concebe o texto como uma unidade de sentido que integra enunciados na sua relação com a exterioridade. Dessa forma, essa integração de enunciados só é possível quando as relações de sentido se constituem transversalmente.

Em relação às abordagens do conceito de texto à luz das teorias da linguagem apresentadas, podemos dizer que, diferentemente daquilo que pensávamos, o texto não é só aquilo que ouvimos falar desde os bancos escolares, isto é, o que todos sabem, que texto é

verbal (escrito e oral), ou constituído de um aglomerado de frases e períodos, com início, meio e fim, e o mais importante, era preciso ter coesão e coerência. Ou seja, o texto pode ser uma palavra, um símbolo, uma imagem (foto), uma placa, uma frase, etc., desde que produza sentidos.

Na perspectiva de que a língua fala de algo afetada com o que lhe é exterior, nos filiamos à teoria da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães (2002, 2005), para analisar como se constituem os procedimentos de produção de sentidos, a reescrituração a articulação, em textos de Redação do ENEM/2013.

O *corpus* constituído para as análises compreende cinco redações do ENEM/2013, extraídas do site *Uol Educação*, e nos permitiram examinar, no capítulo II, duas questões: a) que o modelo de redação do ENEM é concebido por uma proposta de construção, em que o sentido se caracteriza por uma relação pragmática e funciona como um conjunto de definições, regras, normas (*Guia do Participante* do ENEM/2013), que procuram enquadrar o locutor-candidato a um modelo “imposto”, ainda que se pretenda projetar efeitos de sentido; e b) que o texto redacional do tipo dissertativo-argumentativo é concebido como unidade de sentido que integra enunciados de modo transversal. Nessa perspectiva, procuramos demonstrar nas análises “que o sentido não é algo que é dado pelas formas, mas por seu funcionamento no acontecimento que lhe atribui sentido”. (GUIMARÃES, 2009, p. 68).

Nas análises enunciativas dos textos, observamos que o texto de Redação é um acontecimento de linguagem, que rememora enunciações já ditas. Ou seja, cada texto é um acontecimento do dizer determinado sócio-historicamente e cada Locutor é agenciado a dizer de um lugar social no qual ele se inscreve. Desse modo, cada acontecimento é uma nova temporalização, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, nem há enunciação.

O texto enquanto acontecimento de linguagem não se dá no tempo (dimensão empírica) do locutor-candidato, mas se trata de um acontecimento que temporaliza, uma temporalidade perpassada por um memorável recortado pelo próprio acontecimento, ou seja, “fragmentos do passado por ele representados como o seu passado”. (GUIMARÃES, 2005, p. 15).

Na Seção III, em que desenvolvemos as análises, verificamos que a enunciação dos textos de redações analisados se constitui em espaços de enunciação. Espaços constituídos de línguas e falantes em que os dizeres dos sujeitos-falantes-candidatos ao ENEM/2013 são divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. Trata-se de um espaço político regulado por

disputas pelas palavras e pelas línguas. A língua à qual nos referimos é a Língua Oficial (Língua Portuguesa formal, padrão).

Notamos que os candidatos que tiraram nota mil na Redação fazem parte dessas disputas porque se enquadram nos moldes avaliativos exigidos pelo ENEM; por outro lado, os candidatos que não alcançam a média exigida ou que não fazem o ‘bom uso’ dessa língua oficial, ficam excluídos desse espaço de enunciação. Nesse sentido, o espaço político da enunciação é regulado/condicionado pelos órgãos responsáveis pelo ENEM: MEC e INEP, cujas instruções condicionam os espaços de formulação de cada candidato, por entendermos que essas instruções determinam a formulação da Redação de cada candidato.

Ao analisarmos as redações, identificamos um dizer constituído pela diferença, pois a prova de redação proposta pelo ENEM orienta/condiciona para que os estudantes (futuros locutores-candidatos) redijam um texto nos moldes estabelecidos pelo *Guia do Participante*; e as redações mostraram os vários empregos de reescrituração como sustentação dos argumentos ao tema proposto, bem como as contiguidades entre palavras e expressões do texto funcionando pelo procedimento de articulação.

Se observarmos os textos sob a perspectiva avaliativa do ENEM/2013, eles contemplam os requisitos exigidos pelo ENEM, pois se enquadram no modelo/roteiro que circula no *Guia do Participante*, e que compreende os seguintes passos: Tema, Tese, Argumentos e Proposta de Intervenção, que devem sustentar o ponto de vista do candidato em relação ao tema proposto pela Redação.

Entretanto, nas análises enunciativas, observamos nas costuras dos textos que os procedimentos de deriva/produção de sentidos, a reescrituração e a articulação, constroem os sentidos, uma vez que pela articulação, as relações linguísticas constituem sentidos por contiguidade, e a reescrituração por resignificar os sentidos anteriormente postos. Ou seja, o texto, enquanto acontecimento do dizer, tem uma determinação sócio-histórica e as relações de sentido se constituem pela transversalidade que insistem em redizer o que foi dito.

Queremos destacar que cada Redação se diferencia de outra por rememorar um conjunto de enunciações já ditas, produzindo mudanças sociais, uma vez que cada Locutor é agenciado a dizer de um modo e não de outro. E a formulação de cada Redação resulta numa enunciação avaliativa determinada pelas instruções/orientações elaboradas pelo ENEM, conforme a nota atribuída a cada texto redacional, por considerarmos que a nota funciona como efeito da instrução/orientação.

Dessa forma, podemos dizer que a reescrituração se faz ressignificar nesses textos porque se dá no acontecimento enunciativo, envolvendo sempre um diferente de si no acontecimento do dizer. Ao reescrever constitui-se sempre uma nova temporalidade no acontecimento enunciativo, recria um novo sentido aos textos. Ou seja,

uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração). (GUIMARÃES, 2009, p. 53).

Já a articulação, não se constitui “meramente como relações internas ao enunciado, mas relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto” (idem, p. 52). Ou seja, “a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala”. Sendo assim, “uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação”. (ibidem, p. 51).

A relevância desta pesquisa se fundamenta na perspectiva teórica que se nos apresenta, a de tornar possível observar que os sentidos de um texto vão além da coerência e coesão propagadas no *Guia do Estudante* do ENEM/2013, por tratarmos o texto como um acontecimento de linguagem integrado por enunciados já ditos. Nessa concepção, entendemos que o funcionamento da linguagem e a produção de sentidos se realizam no acontecimento da enunciação, ou seja, no acontecimento do dizer, acontecimento em que os procedimentos de deriva/produção de sentidos como a reescrituração e a articulação, produzem sentidos incessantes no *continuum* do texto.

Refletindo sobre o que diz o *Guia do Participante* em relação à formulação da Redação como um texto dissertativo-argumentativo, e o que propõe a Semântica do Acontecimento em relação aos fundamentos do texto, podemos dizer que os processos de construção dos sentidos do texto emergem pela relação de como a linguagem é concebida ao nos inscrevermos na posição de semanticista da enunciação. Por outro lado, os sentidos postos pelo ENEM/2013 na formulação da Redação são constituídos pelo contexto situacional imediato, que englobam os fatores linguísticos e extralinguísticos, como postula a Linguística Textual (HALLIDAY e HASAN, 1976).

Tendo dito isto, analisar texto não é uma tarefa fácil. Penso que esta pesquisa trouxe reflexões importantes acerca do texto e do seu funcionamento. O ideal seria se o ENEM, enquanto órgão que define as políticas públicas em relação aos exames, introduzisse outras concepções de linguagem, na formulação do texto redacional, como analisar o texto enquanto unidade de sentidos que integra enunciados por uma relação transversal, que se constitui no acontecimento de linguagem.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. **Introduction to text linguistics**. 8. impression. London and New York: Longman, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A redação do ENEM**. Brasília/DF, outubro de 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A redação do ENEM 2013: Guia do participante**. Inep. Brasília/DF, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_participante_redacao_enem_2013.pdf. Acesso em: 27 jul. 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Documento Básico**. MEC. INEP. Brasília/DF, 2002.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Manual de capacitação para avaliação das redações do ENEM de 2014**. Cespe/UNB, Brasília/DF, 2014.

_____. **Lei 11.705/2008**. Brasília/DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111705.htm. Acesso em: 05 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

DIAS, L. F.; COELHO, S. M. Regularidades sintáticas e determinações enunciativas: uma abordagem do aposto explicativo. In.: SANTOS, H. S.; ASSUNÇÃO, K. L. F. (Orgs.). **Enunciação e discurso: língua e literatura**. Curitiba: Prismas, 2014, p. 131-148.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. UFRS, Santa Maria/RS, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto: procedimentos, análises, ensino**. 2. ed. Campinas, SP: Editora RG, 2012.

_____. **A palavra – Forma e sentido**. Campinas, SP: Editora: Pontes, 2007.

_____. Aposto e nome próprio. **Entremeios**, 5. Pouso Alegre, Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Univás. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/99.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2015.

_____. Em torno de um nome próprio de cidade. Sobre a Produção de uma origem. **Cadernos de estudos linguísticos**, 53 (2). Campinas/SP, DL, IEL, Unicamp, 2011.

_____. Enunciação e Sentido: Em Torno de Nomes de Próprios. **CONFERÊNCIA NO ENCONTRO SEMÂNTICA E ENUNCIACÃO**, IEL, Unicamp, 2013.

_____. Enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de estudos linguísticos**, 51 (1). Campinas DL, IEL, Unicamp, 2009.

_____. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. Produzindo o sentido de um nome de cidade. Unicamp/SP, 2014. Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/rua20anos/web/index.php?r=artigo/verpdf&publicacao_id=1. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. Quando o eu se diz ele análise enunciativa de um texto de publicidade. **Revista da Anpoll**, 2010. Disponível em: <http://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/172/185>. Acesso em 21 out. 2015.

_____. **Semântica e acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HALLIDAY M. A. K; MATTHIESSEN, C. **An introduction to funcional grammar**. 3th. ed. London: Arnold, 2004.

HALLIDAY M.A.K; HASAN, R. **Cohesion in english**. London: Longman, 1976.

HALLIDAY M.A.K. **Language as a social semiotic**: the social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1978.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni P.; RODRIGUES, Suzy L. (Orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

HOBBS, Thomas. **Moral e filosofia política**. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/hobmoral/>. Acesso em: 21 dez. 2015.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. **Discurso e texto**: Formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. Introdução às Ciências da Linguagem: In: ORLANDI, Eni P.; RODRIGUES, Suzy L. (Orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

OBRAS CONSULTADAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Carta-compromisso pela garantia do direito à educação de qualidade**. Brasília, 31 ago. 2010. Disponível em: <http://www.campanhaeducacao.org.br>. Acesso em: 27 jul. 2015.

CORDEIRO, Rafaela Q. F. **A construção discursiva dos eventos pela mídia:** o processo de nomeação e a representação do discurso outro. Recife/PE, 2011. Disponível em: <<http://www.pgletras.com.br/dissertacoes-mestrado-2011.html>> Acesso em: 29 dez. 2015.

LUGO, Sammela M. **Provocações em torno do(s) sentido(s) de texto no guia de redação do ENEM.** Pouso Alegre/MG, 2014. Disponível em: <http://www.cienciasdalinguagem.net/#!defesas-2014/cb6v>. Acesso em: 29 dez. 2015.

ZATTAR, Neuza B. da Silva. **O cidadão liberto na Constituição Imperial:** um jogo enunciativo entre o legal e o real. Campinas/SP, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000410739>. Acesso em: 21 dez. 2015.

_____. **Os sentidos de liberdade do escravo na constituição do sujeito de enunciação.** Campinas, SP: Pontes, 2012.

VICENTINI, Monica P. **A redação no ENEM e a redação no 3º ano do ensino médio:** efeitos retroativos nas práticas de ensino da escrita. Campinas/SP, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000952151>. Acesso em: 27 jul. 2015.

SIMON, Maria L. M. **A construção do texto coesão e coerência textuais:** conceito de tópico. UERJ, 2008. Disponível em: http://www.filologia.org.br/revista/40suple/a_construcao_de_texto.pdf. Acesso em: 03 de jul. de 2015.